

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DANIELA DA SILVA**

**PRINCÍPIOS E DIMENSÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO**

**FLORIANÓPOLIS, SC  
2010**

**DANIELA DA SILVA**

**PRINCÍPIOS E DIMENSÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO**

**Trabalho de Conclusão de Curso,  
Apresentado ao Departamento de Serviço  
Social do Centro Sócio- Econômico da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito Parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.  
Orientado pela Prof<sup>ª</sup>. Sirlândia Schappo.**

**FLORIANÓPOLIS, SC  
2010**

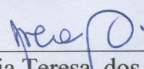
**DANIELA DA SILVA**

**PRINCÍPIOS E DIMENSÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO**

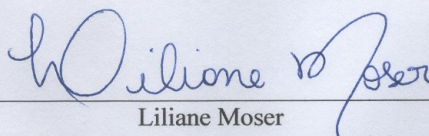
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio- Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

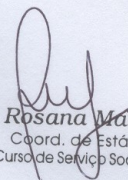
**BANCA EXAMINADORA**

  
Sirlândia Schappo  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Departamento de Serviço Social- UFSC

  
Maria Teresa dos Santos  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Departamento de Serviço Social- UFSC  
1.<sup>a</sup>. Examinadora

Depto de Serviço Social  
Defendido e Aprovado TCC  
Em 03/12/2010

  
Liliane Moser  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Departamento de Serviço Social- UFSC  
2.<sup>a</sup>. Examinadora

  
Rosana Maria Gaio  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS, SC  
2010**

***“Comece a ser agora o que você  
será daqui pra frente”.***  
**São Jerônimo**

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este espaço aqueles que contribuíram para que essa etapa tão importante da minha vida fosse concluída.

Agradeço em primeiro lugar aos meus amados pais Alair e Valdeni que me proporcionaram esta oportunidade de crescimento pessoal e formação profissional e que sempre estiveram presentes nos momentos em que tive que tomar decisões importantes.

Aos meus queridinhos irmãos Luan e Marina que eu atento tanto, adoro vocês.

À minha família que sempre me apoiou e me incentivou a seguir em frente. Devo destacar que me considero com quatro famílias, não vou citar nomes porque são muitos, sintam-se todos agradecidos meus queridos.

Aos meus fiéis e queridos amigos e companheiros Gi, Daí, Dido, Dani, Ronei, Fabrian, Elenice, que estão comigo em qualquer parada, seja ela boa, ruim ou numa pior ainda, obrigada!

Às amigadas que fiz na universidade, principalmente aquelas que continuamos cultivando fora desse espaço, Alania, Vanessa, Daiane, vocês são umas queridas.

Ao Wiliam pela presença e apoio constante.

À minha orientadora Sirlândia, pela atenção, dedicação e paciência que teve comigo desde o início do projeto de extensão até a orientação deste trabalho.

As professoras Maria Teresa e Liliane que aceitaram participar da minha banca.

As professoras Liliane e Daiana Nardino pelas supervisões de estágio, nesse campo ainda desconhecido para mim.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram e que contribuíram de forma direta ou indireta para concretização deste trabalho.

SILVA, Daniela da. Princípios e dimensões do estágio supervisionado: uma análise a partir da avaliação do Supervisor de campo. Monografia (Graduação em Serviço Social)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta um estudo sobre os princípios e concepções sobre o estágio no Serviço Social, analisando como estas questões vêm sendo desenvolvidas nas suas inter-relações entre instituições campo de estágio e Universidade. O trabalho explana, mais especificamente, sobre as relações entre o supervisor de campo e o estagiário no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, abrangendo também questões entre a universidade e os atuais campos de estágios. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e também coleta de dados por meio de uma pesquisa documental na qual foram analisadas as questões respondidas pelos supervisores de campo a coordenação de estágio através da avaliação sobre o desempenho do estagiário, no qual foram identificadas se os estagiários conseguiam identificar as dimensões que orientam o fazer profissional no seu campo de estágio. Os resultados foram expostos em forma de gráficos onde podemos observar que algumas questões do formulário não foram respondidas pelos supervisores, sendo que dessa maneira, dificulta a avaliação, por parte da Universidade, em relação à condução do processo de supervisão de estágio.

**Palavras Chaves :** Estágio Supervisionado. Dimensões Profissionais. Supervisão. Universidade.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**

**CFESS- Conselho Federal de Serviço Social**

**CRESS- Conselho regional de Serviço Social**

**DSS- Departamento de Serviço Social**

**HU- Hospital Universitário**

**ONGs- Organizações Não Governamentais**

**PMF- Prefeitura Municipal de Florianópolis**

**PNE- Política Nacional de Estágio**

**UFAs- Unidades de Formação Acadêmica**

**UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina**

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Gráfico 1: Áreas de atuação dos campos de estágio .....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 2: Avaliação quanto às dimensões .....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 3: Avaliações que mencionaram alguma competência específica .....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 4: Avaliações que informaram a periodicidade das supervisões .....</b>	<b>54</b>

## **LISTA DE TABELAS**



<b>TABELA 1: Competência ético políticas.....</b>	<b>51</b>
<b>TABELA 2: Competências Teórico-metodológicas.....</b>	<b>52</b>
<b>TABELA 3: Competências Técnico-operativa.....</b>	<b>53</b>
<b>TABELA 4: Comentários dos Supervisores de Campo em referência a Universidade....</b>	<b>56</b>
<b>TABELA 5: Comentários dos Supervisores de Campo em referência aos estagiários.....</b>	<b>57</b>

## **SUMÁRIO**

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo sobre os princípios e concepções sobre o estágio no Serviço Social, analisando como estas questões vêm sendo desenvolvidas nas suas inter-relações entre instituições campo de estágio e Universidade.

A idéia de pesquisar o tema surgiu através da prática desenvolvida em estágio curricular obrigatório junto ao Projeto de extensão: Conhecer, Compreender e Propor Novos Espaços de Aprendizagem, no Departamento de Serviço Social da UFSC, como estagiária no semestre 2010.1 e 2010.2.

Pensando nisso, o trabalho pretende analisar a supervisão de estágio e suas atribuições, bem como, as legislações que regem esse processo e como a supervisão de campo se efetiva no âmbito da supervisão de estágio. O trabalho explana sobre as relações entre o supervisor de campo e o estagiário, no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, abrangendo também questões entre a universidade e os atuais campos de estágios, pois se entende que para um permanente fortalecimento e manutenção desses campos, a relação dessas esferas deve ser continuamente aprimorada e condizente com um processo educativo, conforme indica o parágrafo 2º, do art. 1º da Lei 11.788 de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes: “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

O que vamos ver é que o estágio não deve voltar-se somente para a preparação para o mercado de trabalho, como também deve voltar sua intenção para desenvolver o pensamento ético, crítico e propositivo do acadêmico enquanto as relações que envolvem a sociedade no qual ele está inserido. Neste sentido, é fundamental pensar a formação como um todo, envolvendo não apenas um arsenal teórico ou técnico, mas uma direção ético-política.

Como objetivos específicos buscamos: delimitar através das legislações vigentes e referenciais bibliográficos os princípios e concepções referentes ao estágio; analisar as dimensões da formação que envolvem o processo de supervisão de estágio: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, no âmbito das instituições campo de estágio; levantar as principais demandas e sugestões apresentadas pelos supervisores de campo através das análises realizadas.

O trabalho apresenta, através da aproximação com as resoluções, legislações e afins que regem a temática do estágio, as atribuições que cada parte envolvida nesse processo tem e

levantar as questões inerentes ao processo de estágio.

Pensar o processo acadêmico implica em pensar todas as atividades que envolvem esse processo e o estágio obrigatório/supervisionado é uma delas. É durante a realização do estágio que o acadêmico desenvolverá suas atividades perante ao assistente social supervisor de campo. Nessa relação estão imbricadas toda a teoria apreendida no decorrer do curso, além das atribuições desenvolvidas pelo assistente social na instituição campo de estágio.

Aprendizagem é a situação em que se encontram o supervisionado buscando uma formação profissional, ou seja, conhecimento do serviço social, dominação de suas técnicas, processos, atitudes e comportamentos profissionais. Esta aprendizagem exige o conhecimento de elementos teóricos de Serviço Social e de disciplinas conexas apresentadas em sala de aula e experiências práticas, planejadas no campo de estágio.

A supervisão enfatiza o ensino no campo de estágio, embora o ensino ministrado em sala de aula não possa ser desprezado, porque constitui a base teórica sobre a qual serão alicerçadas as experiências práticas. Estes conhecimentos e práticas devem levar a mudanças de comportamentos das quais resultará a formação profissional. (Vieira, 1981, p.16)

O referido trabalho esclarece quais as atribuições das partes envolvidas nesse processo, tão importante para a formação profissional e se esses sujeitos que fazem parte do processo de estágio, estão cumprindo com o seu papel.

O trabalho desenvolve a atribuição de cada parte envolvida nesse processo: instituição de ensino, instituição campo de estágio/ supervisor de campo, supervisor acadêmico e o estagiário. O trabalho também demonstra a relação entre a universidade e os atuais campos de estágio, pois para a permanente manutenção desses campos, a relação dessas esferas deve ser a melhor possível.

Buriolla (1994, p.14) diz que alguns profissionais não incorporam a supervisão ao exercício profissional, o que, em muitos casos pode prejudicar o processo de ensino-aprendizagem do acadêmico. Pensando nisso, o referido trabalho argumenta sobre a supervisão de estágio e suas atribuições, bem como, as legislações que regem esse processo.

Dentro das atividades do estágio, o supervisionado apreende sobre as ações profissionais do assistente social, a realidade que o profissional defronta e suas competências, essas estão embasadas na Lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, onde a supervisão de estágio é uma delas.

Lewgoy (2009, p.150) destaca que:

[...] refletir sobre a competência profissional na supervisão de estágio

envolve pensar em todos os âmbitos de intervenção, pois é um processo que está vinculado à formação junto aos estagiários e ao exercício profissional no trabalho cotidiano dos supervisores acadêmicos e de campo. Assim implica considerar as competências e habilidades previstas nas três dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), nas particularidades dos espaços sócio-ocupacionais em que o aluno está inserido em termos de meios, estratégias, instrumentos referenciais técnicos, projetos de atuação, usuários, lutas e direitos sociais, entre outros.

O estágio supervisionado é importante no processo de formação profissional, considerado um espaço de construção e fortalecimento da identidade profissional, atentando-se para as mudanças na sociedade em que estamos inseridos, aprendendo a intervir de forma crítica e criativa no âmbito da questão social, na defesa de direitos, da democracia e cidadania. Reforçando esses princípios através do Código de Ética, Diretrizes Curriculares e pautado também pelo projeto ético-político profissional.

Para atingir os objetivos da produção do TCC em questão, foi realizada bibliográfica e documental. Conforme conceitua GIL (1991, p.48) “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Os autores que embasaram essa pesquisa foram Marta A. Feiten Buriolla, Alzira Lewgoy, Fátima Grave Ortiz, Eleusa Bilemjiam Ribeiro, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Cirlene Aparecida Oliveira, entre outros. Citando também as legislações específicas para o estágio em Serviço Social: Lei 8662/93, Res. 533/2008, PNE/ABEPSS de 2009, Lei nº. 11.788/2008, Res. 493/2006.

Também foi utilizada a pesquisa documental. Conforme Gil (1991, p. 51) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Os dados foram levantados através da análise das avaliações de desempenho dos estagiários, documento este respondido pelos supervisores de campo, onde através dele eles informam como foi o desempenho do estagiário durante o processo de supervisão. Essa avaliação é feita no final do semestre e faz parte da nota semestral do estagiário e do acompanhamento do processo de supervisão por parte da Coordenação de Estágio. Essas avaliações são arquivadas na coordenação de estágio do departamento de Serviço Social da UFSC e foi neste espaço que a pesquisa foi realizada. A sistematização da pesquisa ficou a cargo da análise de conteúdo, pois posterior à realização da pesquisa nas fontes bibliográficas e documentais, o material coletado é codificado tendo como base a resposta aos objetivos da pesquisa.

Na primeira seção são explorados os conceitos e o entendimento que alguns autores

abordam sobre o conceito de estágio supervisionado, trazendo o estágio como um ato educacional onde o estagiário terá o seu primeiro contato com a profissão, podendo desfrutar desse processo como uma base para sua atuação profissional.

Na segunda seção, são levantadas todas as legislações que regem o processo de estágio supervisionado e as atribuições de cada sujeito envolvido no estágio. Neste item do trabalho será abordado mais a questão da supervisão de estágio de acordo com a atribuição de cada sujeito envolvido no processo com as devidas considerações da legislação específica para estágio supervisionado em Serviço Social.

Na terceira, são levantadas as questões analisadas nas avaliações que os supervisores de campo fazem sobre os estagiários no final de cada semestre para avaliar o seu desempenho no campo de estágio, onde vamos analisar como tem se desenvolvido o processo de supervisão de estágio e como os estagiários estão conseguindo desenvolver as suas competências neste processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, procuramos desenvolver algumas considerações sobre a importância do estágio supervisionado durante o processo de formação profissional e suas implicações enquanto atividade acadêmica, assim como, teceremos alguns comentários sobre as questões levantadas durante a pesquisa que possa contribuir de alguma maneira para a aproximação entre a universidade e seus campos de estágio para um aperfeiçoamento deste processo de supervisão.

## **1 SERVIÇO SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Esta seção apresenta as concepções que alguns autores nos trazem sobre o entendimento do estágio supervisionado e como esse processo é desenvolvido no âmbito do Serviço Social. Nele, é analisado o desenvolvimento das dimensões que orientam o trabalho profissional no processo de supervisão de estágio e as mudanças ocorridas nas diretrizes curriculares que acompanharam as transformações ocorridas na sociedade.

## 1.1 O SIGNIFICADO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

Para pensar o estágio supervisionado dentro do processo de formação profissional do assistente social, vamos primeiro entender em que circunstâncias o serviço social foi efetivado.

A consolidação do serviço social como profissão passou por diferentes posições ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que se expressam como constituinte e constitutivo do processo sócio-histórico de emergência e consolidação do serviço social como profissão.

Compartilho com a tendência mais crítica presente na literatura do Serviço Social que o concebe como uma profissão, que inscrita na divisão social e técnica do trabalho, emerge em um momento particular do capitalismo contemporâneo- a fase monopolista. Sua emergência, desse modo, vincula-se à *questão social*- quando os trabalhadores ascendem historicamente na cena política, exigindo melhores condições de vida e de trabalho. É justamente nessa fase da história do capitalismo mundial que o Estado se reconfigura, assumindo a regulação da ordem burguesa e respondendo, dessa forma, às demandas da classe trabalhadora pela via das políticas sociais. Será este- o campo das políticas sociais- o lócus privilegiado de requisição e intervenção dos assistentes sociais em todo o mundo (ORTIZ, 2010, p.122).

Nessa perspectiva de que o modo de produção capitalista transformou o mundo do trabalho, elevando a precarização do trabalho e a exploração da força de trabalho, seu resultado posteriormente se apresenta nas manifestações da *questão social*. O Serviço Social passou a intervir nesse lócus, como principal executor das políticas sociais, muitas vezes consideradas de caráter imediatista e também contraditórias, pois o serviço social luta pela

melhoria de um sistema político/ social/cultural do qual ele mesmo faz parte.

Assim, a emergência do Serviço Social como profissão também é incluída no processo de compra e venda da força de trabalho, onde uma das primeiras demandas são provenientes do estado, que visa reduzir as mazelas decorrentes do modo de produção capitalista.

A questão social é o que sustenta a intervenção do serviço social, essas manifestações contraditórias é que dão materialidade ao significado da profissão. Nesse movimento o profissional integra a contradição gerada pelo sistema capitalista, passando a fazer parte das relações sociais da sociedade do qual faz parte, tornando-se assim um profissional assalariado que atenda as demandas criadas pelo sistema e também as conquistas de direitos por parte dos trabalhadores.

Visando ultrapassar a mera reprodução das exigências postas pelo mercado à profissão e tendo em vista a apropriação e uma atuação profissional fundamentada no projeto ético-político da profissão, é importante uma reflexão para além do exercício profissional pensando também na formação profissional.

O processo de formação dos assistentes sociais, por orientação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, tem seu eixo de formação voltado para a questão social que, na atual conjuntura, é apreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna mais amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos mantém-se provada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, apud RIBEIRO, 2010, p.81 ). Portanto, o referido processo de formação se coloca em oposição ao reordenamento capitalista, em consonância com os princípios fundamentais do Código de ética Profissional, com a “defesa intransigente dos direitos humanos [...] em favor da justiça social” (CFESS,1993 apud RIBEIRO,2010, p.81).

Neste sentido, destaca-se a importância de se pensar a formação não apenas para ensinar algo em resposta às exigências do mercado de trabalho, mas possibilitar uma formação profissional e continuada capaz de formar profissionais habilitados a atuar e dar respostas concretas fundamentadas no projeto profissional construído historicamente pela profissão.

Como citou (NETTO, 1999, pg.13), “entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira”, nesse sentido foi-se legitimando a produção de conhecimentos a cerca das dimensões que exigiam do profissional de serviço social intervir nas determinadas categorias sociais já

existentes e as categorias advindas com as expressões da questão social, construindo assim, um novo perfil profissional e um projeto ético- político que orientasse essa atuação.

Esse projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p.15-16)

O autor coloca também que o projeto tem o compromisso com a competência, dando ênfase numa formação profissional qualificada, fundamentada em concepções teórico-metodológicas, críticas e sólidas, que possa viabilizar uma análise concreta da realidade social, preocupando-se também com a formação permanente e estimulando uma “constante preocupação investigativa” (NETTO, 1999, p.16), primando pela defesa dos direitos humanos com recusa ao autoritarismo e preconceito e o reconhecimento ao pluralismo.

O compromisso ético-político da profissão ultrapassa os marcos normativos do Código de Ética Profissional<sup>1</sup>. Trata-se de valores e finalidades, construção de uma nova ordem societária a partir de estratégias que considerem os marcos da atuação profissional nesse contexto histórico, o que, evidentemente, imprime à prática características e limites. (SANT’ANA, 2000,p,84).

Pensar o Serviço Social “implica no estudo do movimento que envolve o exercício profissional e o processo de formação dos assistentes sociais em diferentes contextos e conjunturas, na articulação com a realidade, numa perspectiva histórica e de totalidade” (RIBEIRO, 2010, p.88). A autora coloca que esse processo também envolve o estágio, onde esse se vê subjugado cada vez mais a critérios dos próprios campos. O estágio é uma atividade obrigatória, que compõe o processo de formação profissional, imbricados em processos políticos, históricos e sociais.

Assim, o estágio:

[...] tem composto o currículo de vários cursos superiores, sendo citado em documentos de universidades, instituições campos de estágio e legislações específicas sob diferentes denominações: treinamento, aplicação de conhecimento, atividade prática, extensão, preparação de recursos humanos, prática de disciplinas, prática de instrumentos e outras. (RIBEIRO, 2010, p.90).

---

<sup>1</sup> Código de Ética Profissional reformulado em 15 de março de 1993.



Para nos aprofundarmos mais na temática, veremos o conceito e o entendimento que alguns autores nos trazem sobre estágio:

O estágio consiste em uma atividade curricular obrigatório no curso de Serviço Social e desempenha um papel estratégico no processo de formação profissional do assistente social, tendo em vista que objetiva aprofundar os conhecimentos obtidos pelo aluno a partir de sua inserção efetiva em campo de estágio. Será o estágio o campo privilegiado para a apreensão do estudante acerca das diversas dimensões da profissão, bem como, e especialmente, suas implicações internas. Além disso, o estágio tende a favorecer o aluno à percepção crítica da realidade- suas contradições, limites e potencialidade (ORTIZ, 2010, p.121).

Nesse contexto a autora nos coloca que o estágio é o momento que possibilita o aluno pensar criticamente a realidade e as dimensões que a profissão se insere, aprofundando os seus conhecimentos adquiridos até o momento. Para tanto, pode-se considerar imprescindível que o estágio seja permeado por reflexões, criações, planejamento participativo em que o estagiário sintase sujeito do processo e não um mero executor de tarefas.

[...] o estágio curricular não é a aplicação de conhecimentos adquiridos na teoria, nem adequação de alunos ao mercado de trabalho, mas sim, é um momento de estudo, reflexão do fazer, de pensamento da prática social, ou seja, uma forma de apropriação de elementos de crítica e descobertas sobre as questões presentes na dinâmica da sociedade” (OLIVA, 1989, apud OLIVEIRA, 2004,p.66).

O estágio curricular no curso de Serviço Social, tem como premissa oportunizar ao aluno o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teóricos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como o reconhecimento da articulação da prática do serviço social e o contexto político- econômico- cultural das relações sociais. (OLIVEIRA, 2004, p.66).

Nessa outra concepção, a autora coloca que o estágio não é só o momento de colocar em prática a teoria apreendida, mas também o momento de aprender o fazer profissional, é o locus que oportunizará ao aluno o contato com a realidade que o profissional está inserido, apreendendo também as devidas habilidades da ação profissional, com aparato teórico-metodológico e técnico-operativo. Pode-se compreender assim, o estágio como uma alternativa de conhecimento da realidade concreta.

A autora chama a atenção para compreendê-lo vinculado aos princípios da educação: Toda educação deve ter uma orientação filosófica, compreendida como um processo que

busca atingir determinada finalidade (aspirações, desejos, anseios), pode ser instrumento de manutenção ou transformação social. Nesta direção, a Educação pode ser ou não consciente e embasada numa atitude pensante e reflexiva. Oliveira (2004) baseia-se na concepção de Dermeval Saviani que trabalha a educação numa concepção histórico-crítica, apontando que quando a educação acontece sem um processo reflexivo ela se pauta numa concepção cristalizada e perenizada da realidade, sendo mero instrumento de reprodução.

Saviani (1996) destaca a postura reflexiva que a educação deve proporcionar que faça refletir sobre os problemas com os quais nos defrontamos, a educação deve estar voltada para a promoção do homem. O autor aponta que o homem não é um ser passivo, que fica indiferente as coisas, o homem é um ser que reage, intervindo pessoalmente em determinadas situações em que ele possa aceitar, rejeitar ou transformar, pois é um ser livre. Ele coloca que a liberdade do homem deve ser utilizada para realizar transformações no meio em que ele vive em relação com outros homens.

O fato de não ser indiferente à pessoa dos outros, o fato de reconhecer o valor do outro, a sua liberdade, indica que o homem é capaz de transcender a sua situação e as opções pessoais para se colocar no ponto de vista do outro, para se comunicar com o outro, para agir em comum com ele, para ver as coisas objetivamente. [...] ver as coisas objetivamente significa aceitar o valor da verdade. E esta transcende as pessoas como tais tornando-se fonte de comunicação e entendimento entre os homens. (SAVIANI, 1996, p.37)

Nesta perspectiva, destaca-se a importância do estágio para dar movimento à formação profissional – tanto do estagiário quanto do profissional, ultrapassando uma perspectiva de mera reprodução do instituído e posto no âmbito das instituições. Confere-se a importância do estágio ser um momento de reflexão e análise para não cair na repetição, no mediatismo.

Lewgoy (2009) acrescenta que a formação profissional não pode ser reduzida a mera oferta de disciplinas que propicie uma titulação ao assistente social, é importante não confundir preparação para o emprego com construção de uma profissão, é importante esclarecer que a atuação do profissional de serviço social está embasado num sólido suporte teórico-metodológico e técnico-político capaz de orientar, executar e conduzir seus projetos, além de suas qualificações e funções profissionais.

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a

identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente (BURIOLLA, 1995, p.13).

Para a referida autora, o estágio é onde o estagiário desenvolverá seu perfil profissional, pois terá a oportunidade de se deparar com as diversas situações que fazem parte do cotidiano profissional oportunizando a reflexão crítica dessa atividade enquanto aprendizagem. Todas essas ações serão pensadas e supervisionadas. Oliveira (2004) também nos trás essa discussão ao colocar que é no estágio que o aluno realizará a sua experiência prática, sendo que ele não pode desenvolver tarefas quaisquer. Para que o aluno absorva as atitudes e os papéis do profissional, as atividades atribuídas ao estagiário devem garantir que ele realize um estágio significativo, onde realmente possa efetivar e operacionalizar as teorias apreendidas durante o curso em sua experiência prática. O estágio é também o locus onde permitirá ao aluno apropriar-se da profissão.

Bianchi (2002, p.16) diz que “o estágio é um período de estudos práticos para aprendizagem e experiência e envolve, ainda, supervisão, revisão, correção e exame cuidadoso”. Seguindo o pensamento da autora, colocamos que o estágio deve ser realizado com a supervisão acadêmica concomitantemente com a supervisão de campo. As supervisões tanto acadêmica, quanto de campo, serão à base desse momento de ensino-aprendizagem no processo de formação.

KUCSAR (1994) volta a sua concepção de estágio para a área da pedagogia, mas podemos perfeitamente utiliza-la. A autora coloca que o estágio proporciona ao estagiário o conhecer a realidade para que ele possa perceber os desafios e refletir sobre a profissão que assumirá e que esse envolvimento com as situações reais vividas, apontará diretamente à integração do saber com o fazer. O estágio supervisionado auxiliará o aluno na compreensão do mundo do trabalho, contribuindo para a formação de sua consciência política e social, na junção da teoria à prática. Destacando que para que aconteça dessa maneira, o estágio deve ser valorizado e não encarado coma atividade burocrática, “deve, sim, assumir a sua função prática, revisada numa dimensão mais dinâmica, profissional, produtora, de troca de serviços e de possibilidades de abertura para mudanças” (KUCSAR, 1994, p.65).

A partir dos conceitos de estágio apresentados, pode-se verificar que o estágio deve ser pensado como uma atividade integradora do processo de formação, onde oportunizará ao aluno o contato com a realidade social no qual a profissão está inserida.

O estágio deve ser o local que possibilita ao aluno articular teoria e prática de forma

crítica e reflexiva e uma aproximação mais direta com os desafios postos à profissão. O estágio deve ser entendido com um ato educacional e não ser pensado como uma tarefa burocrática e rotineira. Essa atividade deve fazer parte integrante e obrigatória no processo de construção e desenvolvimento da formação profissional e não de forma isolada.

## **1.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E AS DIMENSÕES DO PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO**

A atuação do assistente social está orientada pelo projeto ético-político da profissão. É importante destacar que a partir da década de 1990 o serviço social começa a romper com sua visão conservadora, momento considerado importante para a categoria que teve também nesse período a formulação das Novas Diretrizes Curriculares<sup>2</sup> para o curso de Serviço Social no Brasil, esse avanço também contemplou o Código de Ética Profissional e a Lei que Regulamenta a Profissão<sup>3</sup>, assinalando ainda mais o compromisso do projeto ético-político da profissão com a classe trabalhadora, exigindo assim, cada vez mais do profissional um constante aperfeiçoamento, Lewgoy (2009) destaca que essas referências legais afirmam os direitos e o comprometimento com a qualidade da formação e dos serviços prestados aos usuários.

Nesse projeto também estão inseridos as suas competências e suas atribuições enquanto profissional liberal. As suas ações são orientadas pelas dimensões que competem ao profissional, essas dimensões são indissociáveis. Devemos pensar o estágio supervisionado não apenas como um momento de reflexão da teoria por meio do exercício profissional, mas devemos nos concentrar que precisamos ter uma dimensão interventiva e operativa do serviço social que são norteados pelos pressupostos ético-político-metodológico.

Apesar do fazer profissional encontrar-se pautado num projeto ético-político que visa à liberdade e a igualdade com reconhecimento do pluralismo é importante destacar que “O serviço Social possui um caráter contraditório que emerge não dele próprio, mas das relações oriundas da sociedade capitalista; a profissão se desenvolve num espaço sociopolítico e histórico permeado por interesses sociais antagônicos” ( OLIVEIRA, 2004, p,66) nos coloca. O que a autora quer dizer é que enquanto o serviço social luta pelos seus ideais como justiça

---

2 Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social- ABEPSS - aprovada em 8 de novembro de 1996.

3 Lei 8662/93. Regulamenta a profissão de Assistente Social aprovada em 7 de junho de 1993.

social, equidade, garantia dos direitos, etc, a sociedade capitalista está voltada para outros propósitos. Por isso, o estágio supervisionado tem um peso tão importante no processo de formação profissional do acadêmico, pois no estágio ele não terá aproximação somente com as dimensões teórico-metodológica do serviço social, como terá também a oportunidade de conhecer as diferentes relações que compõem a realidade social.

No estágio supervisionado, Lewgoy (2009, p.149-50) destaca que:

A dimensão ético-política, atenta à finalidade de ação e do compromisso profissional, é elemento mediador constituído por postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e o sentido atribuído aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos. Vincula-se à dimensão teórico-metodológica, que articula teoria-método e metodologia e privilegia a história social como terreno germinador das demandas e das possibilidades do conhecimento e das práticas. Ambas as dimensões se atrelam à técnico-operativa, que caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, é uma instância de passagem que permite a realização da trajetória da concepção da ação à sua operacionalização.

A autora nos coloca que a dimensão ético-política é o desafio e reafirmação de compromissos, a dimensão teórico-metodológica é a teoria crítica como alicerce e a técnico-operativa é o espaço de operacionalização do conhecimento e da ética. Para entendermos melhor os argumentos da autora vamos desmembrar as dimensões da seguinte forma no processo de supervisão de estágio.

### **1.2.1 Dimensão ético-política**

O desafio citado pela autora remete as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, privatizações, globalização da economia, entre outros, são desafios que constantemente são colocados à prova do profissional, exigindo assim, cada vez mais capacitação. No processo de supervisão esses desafios também têm de ser considerados, já que nesse processo o acadêmico tende a formar o caráter interventivo e propositivo do profissional que ele será no futuro, desempenhará a sua capacidade de analisar e decifrar a realidade e para isso ele deve compreender as questões históricas e culturais da sociedade em que ele está inserido. Importante destacar que a supervisão de estágio deve ser orientada pelo eixo recomendado

pela ABEPSS, “Apontar perspectivas exige o esforço de decifrar o movimento societário e, nele, o significado e o sentido da noção de competência e qualificação como ordenadora de formação e do trabalho” (LEWGOY, 2009, p.153). A autora continua a dizer que para uma total competência profissional só é possível se os conhecimentos teóricos acompanharem a execução desses desafios. Destacamos também que a formação profissional não deve ser voltada somente para atender as demandas do mercado de trabalho, mas não podemos desconsiderar tais demandas, pois a universidade tem a responsabilidade de formar profissionais capazes de atender as reivindicações do mercado de trabalho. Nesse sentido, entendemos que a qualificação profissional deve ser voltada para as relações sociais de trabalho e também educativas, tendo como diretrizes o compromisso ético-político da categoria, acompanhando também as mudanças societárias, configurando um profissional que esteja habilitado não só para a intervenção, mas também que ele esteja capacitado para refletir criticamente e propositivamente sobre a realidade.

[...] o conteúdo remete à compreensão de que também no processo de supervisão o grande desafio que se vive hoje é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Isso exige apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos. É preciso ter uma dimensão interventiva e operativa da profissão, sempre resguardando os seus componentes ético-políticos. (LEWGOY, 2009, p.155)

Assim, perante a apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos em conjunto com a obtenção de novos conhecimentos atrelando os princípios do projeto ético-político entre as três dimensões, consolidam a atividade profissional. Mas para isso, é necessário que se rompa com a visão rotineira e burocrática e assuma uma posição capaz de qualificar o fazer profissional. É colocado ainda, que o fundamento teórico-metodológico e o acompanhamento do desenvolvimento da sociedade, atribuem um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão, conforme visão da autora, pois condiciona a capacitação crítico-analítica de desenvolver e definir ações de intervenção pensadas estrategicamente com suas particularidades socioinstitucionais e com os propósitos do projeto ético-político profissional, assegurando qualidade nos serviços prestados.

Destacamos também as estratégias utilizadas pelos profissionais, a autora cita a linguagem e a escuta em conjunto com o suporte teórico, destacando que, durante todo o

desenrolar do curso é importante que estejam “impregnados”<sup>4</sup> todos os princípios éticos da profissão para uma boa realização do seu trabalho.

O instrumento básico de trabalho do assistente social, a linguagem, envolve atividades que dependem de habilidades como o escutar, mas também decodificar e traduzir conteúdos estabelecidos nas relações e vínculos sociais com os sujeitos aos quais atua. A escuta é suporte que reforça o caráter político do trabalho do assistente social a partir de sua associação às dimensões teórico-metodológica e técnico-operacional. (LEWGOY, 2009, p.156)

Mas para que haja essa apropriação<sup>5</sup> das dimensões é interessante destacar que elas devem ser articuladas desde o início do processo de formação em consonância dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos.

No processo de supervisão de estágio essa dimensão também atenta que construção do conhecimento implica numa relação partilhada entre o acadêmico, o supervisor de campo e supervisor acadêmico. Todos os protagonistas desse processo educativo são beneficiados, cabe reforçar a indissociabilidade da supervisão de campo e acadêmica, amparada por um dos princípios das Diretrizes Curriculares, não só qualificando o processo de aprendizagem como também a aproximação da instituição de ensino com o supervisor de campo.

O aluno através do processo de supervisão desenvolverá as habilidades do profissional e cabe ao supervisor de campo construir propostas criativas de intervenção que qualifiquem esse processo, o que desenvolverá no aluno um olhar mais crítico sobre o cotidiano institucional, junto com os supervisores elevar a qualidade na garantia dos direitos, reafirmando o compromisso ético-político que se apresenta como orientador dessa relação de formação e exercício profissional. A competência ético-política, produto da formação e do exercício profissional, situada na sociedade real em que se vive como profissional, implica dialogo crítico e rigoroso entre teoria e realidade (LEWGOY, 2009, p.159). Isso significa o compromisso dos sujeitos envolvidos no processo de formação, que exige reflexão e compreensão da sua inserção no ambiente em que está inserido.

---

4 Expressão utilizada por uma discente- que participou da pesquisa da autora- que exprime a intensidade com que tais pressupostos, conteúdos e atitudes precisam estar incorporados a fim de que o aluno exerça com eficiência o trabalho profissional. (LEWGOY, 2009, p.156)

5 Apropriação significa também compreender sua importância no projeto de efetivação da competência profissional. Uma das características da apropriação é que se trata de um processo sempre ativo, isto é, o sujeito precisa realizar uma atividade que “[...] reproduza os traços essenciais da atividade acumulada no objeto[...].” (Leontiev, apud LEWGOY, 2009, p.156). O processo de apropriação é sempre mediatizado pelas relações entre os seres humanos, sendo, portanto, um processo de transmissão de experiência social, isto é, um processo educativo no sentido lato do termo. O sujeito forma-se por meio da apropriação dos resultados da história social e da objetivação no interior dessa história. Toda objetivação produz uma nova situação. (LEWGOY, 2009, p.157).

Assim, o processo de supervisão contempla o que é recomendado pelas diretrizes curriculares que vai de encontro com os princípios do código de ética no que tange o compromisso profissional na prestação de serviços e o constante aperfeiçoamento intelectual.

### **1.2.2 Dimensão teórico-metodológica**

Essa dimensão se valida da interlocução entre história, teoria e método. Entendemos como teoria um conjunto de conhecimentos e de relações substanciadas num determinado domínio da realidade e por método entendemos que é o meio de ligação entre a teoria e o objeto, relação essa, necessária entre o sujeito que investiga e o que será investigado, destacando que essas relações não se dão apenas teoricamente, mas também historicamente.

É importante destacar que no processo de supervisão a dimensão teórico-metodológica está alicerçada numa teoria crítica, não se desprendendo da teoria apreendida no curso. Nesse processo os supervisores devem conhecer os projetos que orientam essa atividade, como também as bibliografias, planos de ensino das disciplinas de estágio, entre outros.

Considerando que o processo de formação é único, a supervisão deve se orientar por todos os documentos que o embasam e normatizam para que atue segundo o eixo teórico-metodológico do curso, contemplando a formação do aluno nos aspectos pertinentes à prática. Sendo o estágio o momento em que se dá a construção da identidade profissional do aluno, tanto este como o supervisor devem estar envolvidos num processo de reflexão e crítica alicerçado nos conhecimentos teórico-metodológicos do Serviço Social, o que implica uma ação planejada e sistematizada em conjunto por instituição de formação e campo de estágio. (LEWGOY, 2009, p.162).

A mesma autora acrescenta que:

Do ponto de vista teórico-metodológico, são nomeadas no material empírico como fundamentais à supervisão e ao ensino do fazer profissional a ontologia social, teoria social crítica, educação, formação profissional, universidade, diretrizes curriculares, trabalho profissional, questão social, sistema operativo, redes sociais, projeto ético-político-profissional, competências, habilidades. (LEWGOY, 2009, p.162).

Nisso, o processo de supervisão está situada numa conexão de fundamentos históricos e teórico-metodológicos, que é ampliado na medida em que é interpretado, no que diz respeito



ao modo de ler, de elucidar a sociedade e as particularidades que a compõem. Quanto mais ampliado for o entendimento da realidade, melhor serão a forma que essas demandas serão respondidas, até mesmo as futuras demandas, isso compõe a competência teórica, já a competência teórico-metodológica é construída e não dada historicamente.

A autora coloca que para manter uma postura investigativa é importante que as partes envolvidas no processo de formação - estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico - tenham como base o conhecimento teórico e técnico. O teórico diz respeito aos conhecimentos específicos adquiridos nos campos de estágio, propostos pelas diretrizes curriculares, isso significa que o conhecimento deve estar entrelaçado entre o ético, o teórico e o metodológico. “A reafirmação da teoria crítica como alicerce também se expressa pelas referências teóricas que consubstanciam a supervisão na articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa” (LEWGOY, 2009, p.163). Vale destacar que a autora relata a vulnerabilidade da matriz teórico-metodológica, da dificuldade em encontrar referências bibliográficas no que se refere ao instrumental técnico, dificultando a interlocução com outras áreas e saberes profissionais, dificultando também a sua qualificação, já que os supervisores precisam estar em constante aperfeiçoamento.

A autora destaca a importância da constante qualificação dos profissionais tanto de campo, quanto acadêmico como também a universidade oferecer uma formação permanente para os supervisores, é partir desse distanciamento entre as matrizes teórico-metodológicas e o cotidiano da prática profissional, de onde emerge a discussão sobre a relação da teoria e a prática.

A teoria e a prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel. A prática precisa ser entendida em base em categorias globais, colocando à prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. A teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática; ela se apropria do concreto para transformá-lo em concreto pensado, efetivando a abstração. (LEWGOY, 2009, p.166)

Partindo desse ponto, destacamos que se separarmos a teoria da prática, termos prejuízo no processo de formação profissional. O que a autora coloca é a importância de entender a teoria para o reconhecimento da prática, mas que ela não é determinante nesse processo e sugere também que durante o estágio o aluno amadureça os conhecimentos que teve durante o curso, para que ele possa perceber o que isso implica na sua prática. Ela destaca também que a dimensão teórico-metodológica no processo de supervisão apresenta-se ainda como um alicerce em construção, pois não se operacionaliza sem a articulação às

dimensões ético-política e técnico-operativa.

### **1.2.3 Dimensão técnico-operativa**

A dimensão técnico-operativa não se apresenta apenas como o conjunto de instrumentos para o fazer profissional, mas para o saber-fazer. Ele precisa ser entendido e articulado entre as dimensões no processo de formação, para não correr o risco de apenas atender as exigências do mercado, é preciso valorizar a dimensão técnica do trabalho, não sobrepondo às outras dimensões.

É necessário desenvolver competências e habilidades através da dimensão técnico-operativa não se abstendo das competências teórico-metodológica e a ético-política trabalhando-as de maneira articulada.

A fragilidade dos conhecimentos teóricos expressa-se na operacionalização do trabalho profissional, visto que o aluno centra-se na busca por técnicas, de como fazer, porém alheia-se dos fundamentos teóricos-metodológicos da realidade social e do Serviço Social.[...] A técnica é inseparável das idéias de estratégias e de saber-fazer (LEWGOY, 2009, p.170-171).

A autora destaca que o estágio muitas vezes é entendido como o ensino da prática, e que o supervisor é o responsável por esse ensino, sendo que esse processo não pode se restringir somente a operacionalização dos instrumentos e técnicas como deve ser reconhecido como espaço de produção e reprodução do saber. É importante destacar que supervisor de campo e supervisor acadêmico deve planejar e elaborar planos e projetos em conjunto, o que vai de encontro ao que é proposto pelas Diretrizes Curriculares, para que possamos atingir o proposto pela dialética do pensar e do fazer, é necessário um envolvimento maior entre as instituições de ensino e as instituições campo de estágio.

O planejamento, na medida em que é arquitetado como um meio para facilitar e viabilizar a democratização da supervisão entre supervisores e aluno, precisa ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da supervisão como processo de reflexão. [...] O planejamento é processo e, portanto, contínuo e dinâmico, visando a suscitar a reflexão, tomada de decisões, sua aplicação e acompanhamento (LEWGOY, 2009, 172-173).

Podemos destacar como instrumentos e técnicas do processo de supervisão de estágio

o planejamento, pois através de uma ação consciente e crítica dos sujeitos envolvidos nesse processo pode-se transformar a realidade pelas reflexões vivenciadas no planejamento, cabe destacar que o espaço institucional deve proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver competências e habilidades no que diz respeito a planejamento, como também execução, sistematização e análise da prática.

As supervisões individuais e de grupo também são importantes nesse processo, é durante esse tempo dispensado que se possibilita acompanhar e direcionar as demandas vivenciadas e é também onde a supervisão demanda de competências e habilidades.

Diante das competências expostas, podemos constatar que o estágio deve ter a finalidade de desenvolver a identidade profissional do aluno, fazendo com que ele desenvolva seu pensamento crítico acerca das mazelas da sociedade e que ele possa intervir nessas demandas de maneira coerente com o que preconiza o projeto ético político, o código de ética profissional e as diretrizes curriculares. Essa inserção no espaço sócio-institucional fará com que o aluno apreenda sobre a realidade que ele defrontará após o seu processo de formação. Cabe ressaltar que o processo de formação deve ser contínuo para que ele seja um profissional que acompanhe as transformações da sociedade e que saiba intervir da melhor maneira possível nesse espaço.

### **1.3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E AS DIRETRIZES CURRICULARES**

O Serviço Social foi historicamente construído e efetivado como profissão. Assim como a transição da profissão sofreu transformações as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social também tiveram suas alterações no decorrer dos anos.

Iamamoto (2001, p.71) analisa que:

A proposta de currículo encontra-se estruturada a partir de núcleos temáticos, que articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessário à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade. São três os núcleos temáticos: o núcleo dos fundamentos teóricos-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos de particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Cada um desses núcleos agrega fundamentos que se desdobram em disciplinas

presentes nos currículos dos cursos de serviço social das instituições de ensino. Destacando que cada núcleo deve ser compreendido em sua particularidade. O estágio faz parte do terceiro núcleo, onde os elementos constitutivos compreendem desde a trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica a pesquisa, o planejamento, resguardando as suas competências específicas, normatizadas por lei. Sobre o núcleo de fundamentos do trabalho no qual o estágio se insere justificamos:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho- instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo. (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996 apud ABEPSS, 1996, s/p).

Assim, esse núcleo nos remete a compreensão das ações pertinentes ao serviço social enquanto profissão. Nos indica de que forma o trabalho deve ser elaborado e quais as técnicas e instrumentos devemos nos apropriar, considerando as constantes transformações no mundo do trabalho, que acabam alterando também as práticas profissionais o que faz com que as instituições de ensino acompanhem essas mudanças e precisam alterar também a maneira de transmitir os ensinamentos com os seus conteúdos.

Neste sentido, para compreender o processo de supervisão de estágio abordado neste trabalho e como ele se configura na atual conjuntura é importante compreendermos também as alterações de currículos do curso de Serviço Social da UFSC, na perspectiva do estágio supervisionado, conforme nos indica Carneiro (2010).

Em 1970, o primeiro currículo<sup>6</sup> é implementado, nele a disciplina de estágio era denominada como Prática do Serviço Social e iniciava-se na quarta fase, o professor era

<sup>6</sup> Este currículo era dividido em dois ciclos. O primeiro, o ciclo básico que era comum a todos os cursos. Na terceira fase ainda no ciclo básico as disciplinas eram comuns apenas em alguns cursos [...], na quarta fase iniciava-se o segundo ciclo. O ciclo das disciplinas profissionalizantes as quais eram específicas as áreas de atuação profissional do Serviço Social. (CARNEIRO, 2010, p.29:30).

denominado como Orientador de Atividades práticas e somente o profissional de campo era considerado supervisor. Na quarta fase o estágio supervisionado era realizado apenas para observação, para entender e conhecer a instituição. Na quinta fase o estudante é inserido em atividades de pesquisa, entrevista, reunião e documentação, desenvolviam-se nessa fase estudo de entidade, diagnóstico e tratamento de casos menos complexos. Na sexta fase dava-se continuidade ao trabalho iniciado na fase anterior, evidenciando o serviço social de grupos<sup>7</sup>, na sétima fase a ênfase voltava-se para o estudo de casos e na oitava fase o aluno aprofundava a sua prática “por meio de reflexão e análise dos processos aplicados nos programas e/ou projetos em desenvolvimento no seu campo de estágio” (CARNEIRO, 2010, p.33).

Em todas as fases referenciadas o acadêmico deveria entregar o plano de estágio, diário de estágio, relatório de trabalhos desenvolvidos, relatório de avaliação semestral, necessários para sua avaliação, que ficava a cargo do professor orientador e do supervisor de campo, que encaminhava sua avaliação para a universidade.

Carneiro (2010) destaca que no período entre 1970 e 1982, foram realizadas algumas mudanças no currículo do curso de serviço social, necessárias para “adaptar as disciplinas as demandas e necessidades do estado observadas pelo corpo docente, no entanto as mudanças não têm referência a prática profissional” (CARNEIRO, 2010, p.33).

Em 1982 é aprovada a proposta de currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Neste currículo definiu-se o estágio como obrigatório, porém a sua duração passou a ser de 10% da carga horária total do curso. Mesmo assim, o currículo continuava sendo dividido em ciclo básico e ciclo profissionalizante, mas este estava focalizado nas disciplinas específicas ao curso que se destinava. “A separação dos currículos por cursos foi um grande avanço no que se refere a formação profissional no entanto a divisão do curso em ciclo básico e ciclo profissionalizante mostra uma separação na concepção do fazer profissional, persiste a divisão em teoria e prática como ações de focos diferenciados” (CARNEIRO, 2010, p.37).

A instituição de ensino que deveria definir a carga horária de estágio no curso, a UFSC implementou o currículo de 1982 no ano de 1985, já que as instituições tinham o prazo de dois anos para se adequarem ao novo modelo de currículo. O estágio supervisionado foi dividido em duas fases - sétima e oitava – com carga horária de 540 horas. A autora destaca que no período de implementação e execução do currículo de 1982 acontece o movimento de reconceituação da profissão e de um processo de redemocratização onde os trabalhadores e os

---

7 Havia neste currículo as disciplinas Serviço Social de Casos, Serviço Social de Comunidades e Serviço Social de Grupos. (CARNEIRO, 2010).

setores populares colocam-se como força social no cenário político.

[...] A reforma curricular foi centrada na crítica ao sistema capitalista, nas discussões e debates sobre a implementação de políticas sociais e no fortalecimento dos movimentos sociais como alternativa de ação profissional, com vistas a transformação social, que passa a caracterizar a formação em serviço social, nos anos 80. Ao repensar sua prática, os profissionais de serviço social começam a questionar a sociedade capitalista e passam a buscar uma nova ordem social, que supere a exploração e a desigualdade social. (CARNEIRO, 2010, p.39).

A partir desse movimento viu-se a necessidade de revisar as ações profissionais, buscando identificar e definir o espaço da categoria, para propor um novo projeto profissional onde se contemple a formação crítica e política, para favorecer a compreensão da realidade brasileira.

Em 1991 o currículo foi novamente adaptado tendo em vista às demandas emergentes da atualidade. Nesta nova proposta de currículo o estágio ganha destaque, porque era contemplado pelas disciplinas de Prática Investigativa I, II, III e IV e Projetos de Pesquisa I e II, “que possibilitavam uma interlocução com a realidade econômica cultural e sócio-política perante a prática profissional, possibilitando assim uma instrumentalização para as escolhas de estágio curricular” (CARNEIRO, 2010, p.42).

Destaca-se que nesse período o estágio curricular estava vinculado aos sub-núcleos de estágio<sup>8</sup>. Neste currículo eram três fases de estágio: Estágio Supervisionado I, II e III, as atividades de estágio iniciavam-se a partir da 5ª fase. A finalidade do estágio supervisionado era:

Proporcionar ao acadêmico aprendizado teórico- prático vislumbrando sua formação profissional capacitá-lo a compreender e analisar criticamente a realidade social e habilitá-lo a propor e intervir na dinâmica institucional. O Estágio I era desenvolvido com vistas a orientação para o conhecimento, o Estágio II era desenvolvido para orientação para a intervenção e o Estágio III era para orientação para a sistematização da prática. (CARNEIRO, 2010, p.43).

Vale ressaltar uma nota destacada por (CARNEIRO, 2010, p.45) que informa que o processo de execução desse currículo na UFSC, não agradou por muito tempo as partes envolvidas. Houve um descontentamento que desencadeou uma revisão na organização do processo e para isso realizam um encontro de avaliação da formação profissional do curso de

---

<sup>8</sup> Sub- núcleos de estágio eram espaços para articulação entre professores supervisores, supervisores de campo e alunos para debaterem as questões teórico- práticas e demandas vivenciadas na dinâmica institucional. (CARNEIRO, 2010, p.43).

serviço social da UFSC com a participação de supervisores acadêmicos de campo e alunos, avaliação na qual passou a questionar alguns pontos no desenvolvimento do processo de estágio.

A partir dos debates e discussões entre os sujeitos envolvidos no processo de estágio no currículo anterior e da criação do curso noturno fazendo com que a quantidade de alunos duplicasse viu-se a necessidade de um ajuste curricular, em 1999 é implementado um outro currículo no curso de serviço social.

Nele o estágio era dividido em três fases, sendo iniciado a partir da 5ª fase. Mas este currículo não daria conta da demanda necessitando de novo ajuste. Para atender toda a demanda de estudantes que necessitariam de estágio foi realizada nova adaptação no currículo em 2000. Nesse novo currículo a disciplina de estágio foi reduzida a apenas um semestre- 7ª fase- com carga de 450h e estágio curricular complementar de 144h para quem não atingisse a carga horária total.

Em 2006 o currículo sofre novas adaptações ao currículo de 1999. O estágio curricular não obrigatório foi incluído no currículo podendo ser desenvolvido a partir da quinta fase como disciplina optativa. Também houve mudança no estágio curricular obrigatório, que foi desmembrado em estágio supervisionado I e II, desenvolvidos na 7ª e 8ª fases, trazendo novamente a supervisão pedagógica/ acadêmica para grade curricular. A autora destaca a importância da garantia do processo de supervisão no processo de estágio, conforme aponta Lewgoy (2009):

[...] como espaço afirmativo de formação, na direção da garantia de construção de um espaço efetivo de não- tutela, mas de autonomia, de acolhimento, de fruição, de referência, de criatividade, de ensino aprendizagem e de enfrentamento do cotidiano profissional, constituindo-se, desse modo, num aporte crítico para a intervenção na realidade social. (LEWGOY, 2009 apud CARNEIRO, 2010, p.60).

Podemos perceber que o currículo no curso de serviço social da UFSC, foi se moldando a medida que as mudanças na sociedade iam acontecendo simultaneamente. As disciplinas foram se transformando para que a formação profissional atingisse o objetivo de preparar profissionais capazes de atender os usuários na garantia dos seus direitos sociais e o estágio supervisionado na medida em que os currículos iam se adaptando as novas transformações, o estágio ia acompanhando, já que este é parte integrante e indispensável na formação profissional, independente da época/década que se está em formação.

Como vimos o estágio supervisionado integra a matriz curricular do curso de serviço

social. No momento, somos orientados pela Nova Lógica Curricular aprovada em 1996, que denomina o estágio supervisionado como:

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatório que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, s/p)

Assim, pensamos que o estágio será o primeiro lócus de apropriação do estagiário com a prática profissional do serviço social. Essa apropriação da realidade social em que o profissional está inserido será determinante no processo de desenvolvimento do perfil desse futuro profissional. Entendemos assim, que essa atividade deverá ser desempenhada com maestria, dedicação e comprometimento da tríade envolvida nesse processo.

É importante destacar que a atividade de estágio supervisionado deverá ser desenvolvida e amparada pelas legislações e resoluções específicas para essa prática.

Partindo do pressuposto da função ensino/aprendizagem do estágio, pode-se afirmar que essa atividade integra também a relação teoria-prática desse aprendizado. Será durante esse processo que serão abordadas as relações teóricas apreendidas no decorrer do curso e no processo de estágio, destacando que todas essas ações serão desempenhadas mediante supervisão acadêmica e de campo, atividades essas desenvolvidas por profissional assistente social.

O estágio supervisionado, enquanto atividade curricular obrigatória, tem um sentido concreto, lógico, histórico e processual no ensino superior, não podendo ser concebido de maneira estática, determinada e direcionado apenas aos interesses do mercado de trabalho. [...] Devido à situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no Serviço Social: muitos alunos têm o estágio como fonte de renda, inclusive para pagamento das mensalidades escolares, e isto tem refletido diretamente na formação profissional. (OLIVEIRA, 2004, p.76-77)

O estágio em serviço social como qualquer outro, deve ser encarado pelo estagiário como um ato educacional, que proporcionará a ele o contato direto com a ação profissional, com as competências que o profissional desenvolve e a realidade que ele enfrentará depois de formado. Acerca dessa questão também, temos que pensar efetivar esse processo com



competência e qualidade sem deixar de pensar em formar profissionais qualificados para atender as demandas sociais postas e fundamentadas no projeto ético-político e aquelas advindas das novas configurações do mercado de trabalho, mercado esse cada vez mais competitivo e isso têm se refletido muito no processo de formação.

No entanto:

Faz-se necessário atentar para o movimento contraditório existente entre a universidade e o mercado de trabalho, pois a formação profissional não se pode simplesmente conformar-se às demandas do mercado de trabalho, que sob a retórica da especialidade, da competência, do rigor técnico, na realidade exigem determinadas ações profissionais que são atividades socialmente condicionadas. Por outro lado, não podemos simplesmente desconsiderar tais demandas, pois a universidade tem a responsabilidade de formar profissionais qualificados para a inserção no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2004, p.77-78)

A autora levanta uma questão muito importante. Devemos considerar que a universidade nos prepara para o mercado de trabalho, mas não podemos ficar reféns destas questões, pois o estágio é o lócus apropriado para criar a sua identidade profissional, se pensarmos somente para o lado do mercado de trabalho, o estágio perderá sua função educacional. Iamamoto (1992) reforça que a formação profissional não deve limitar-se somente a formar profissionais que respondam minimamente as questões exigidas pelo mercado de trabalho, mas que a formação profissional ultrapassa essa visão de atender somente as demandas impostas, a formação propõe preparar cientificamente profissionais capazes de responder as reivindicações de um projeto profissional coletivo que foi historicamente construído.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente do colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (PNE/ABEPSS, 2009, p.11)

A Política Nacional de Estágio/ABEPSS visa uma formação profissional voltada para o desenvolvimento e ampliação da garantia dos direitos aos usuários do serviço social, para a direção da emancipação humana. Portanto, cada vez mais, a formação e o exercício profissional devem buscar se fortalecer nos princípios norteadores da profissão, atuando para

atender e corresponder de maneira competente às demandas apresentadas.

Além do estágio supervisionado fazer parte da grade curricular do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma (Art. 2º, § 1º. Lei 11.788/2008), para a realização do mesmo deve-se considerar que ele faz parte do processo pedagógico de ensino- aprendizagem do acadêmico e que a partir dessa concepção o estágio lhe proporcionará um espaço privilegiado para o seu aprendizado profissional, onde ele poderá refletir a partir da luz das teorias apreendidas durante o decorrer do curso as demandas sócio-institucionais que farão parte do seu exercício profissional. Para isso, o acadêmico deve preparar-se para esse momento singular no seu processo de formação, tendo adquirido todo conhecimento teórico do serviço social, ter o conhecimento do projeto ético- político orientador da profissão, como também ter-se apropriado das competências que orientam o fazer profissional do assistente social, para que no momento em que ele se insira no campo de atuação do profissional, possa se posicionar ética e criticamente capaz de conduzir de maneira eficiente e competente às demandas que lhe serão apresentadas.

## **2 A LEGISLAÇÃO EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Neste item do trabalho será abordado mais a questão da supervisão de estágio de

acordo com a atribuição de cada sujeito envolvido no processo com as devidas considerações da legislação específica para estágio supervisionado em Serviço Social.

O estágio obrigatório está incluso no currículo escolar do curso de Serviço Social, portanto, se torna indispensável à realização do mesmo durante o processo de formação profissional. A partir do estágio os acadêmicos têm o seu primeiro contato com o exercício profissional, portanto esse processo deve estar assegurado dentro do projeto ético-político teórico metodológico da profissão. A atividade de estágio obrigatório constitui um processo de aprendizagem que relaciona teoria com a prática, desenvolvendo suas competências e construindo o perfil do profissional, tornando-o mais crítico, investigativo, propositivo, etc.

No caso do estágio obrigatório, o mesmo deve ser supervisionado em conjunto pelo supervisor acadêmico e de campo de estágio, essas supervisões são indissociáveis.

Esse processo de estágio acontece por meio de três sujeitos envolvidos: do supervisor acadêmico, do supervisor de campo e do estagiário. No caso do serviço social esses supervisores devem cumprir o que determina a Resolução CFESS 533/08:

Art. 2º - A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino.

Destaca-se que a Resolução citada foi formulada pela necessidade de se elaborar uma legislação específica para tratar do estágio, considerando o aumento de instituições que promovem o ensino a distância como também das discussões realizadas pelos conselhos fiscalizadores CRESS-CFESS e ABEPSS para regulamentar as competências e atribuições no que compete a supervisão direta de estágio. Com base nas legislações já vigentes como a Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão de Assistente Social em consonância com os princípios do código de ética profissional, a presente resolução normatiza a relação direta, sistemática e contínua das instituições de ensino, os campos de estágios e os conselhos regionais, que buscam a indissociabilidade da formação e o exercício profissional. Esses espaços visam garantir a qualidade do ensino e também do estágio, tendo em vista que esse é um momento ímpar no processo de formação, considera-se que essa resolução favorece na garantia da qualidade dos serviços prestados na esfera do serviço social.

É importante mencionar que o estágio não se desenvolve de maneira isolada. Para a realização do estágio supervisionado tem de existir um vínculo entre os sujeitos envolvidos

nesse processo de ensino aprendizagem. Essa ligação entre os três sujeitos envolvidos no processo de estágio será feita pela Coordenação de estágio da instituição de ensino.

Além das atribuições dos sujeitos que constroem o estágio, a PNE elenca as atribuições da Coordenação de estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio de qualidade. Cabe à esta coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamento, de modo a viabilizar as novas demandas do estágio como elemento central da formação profissional (PNE/ABEPSS, 2009, p.24)

Para desenvolver todas as etapas do estágio obrigatório esses vínculos entre as unidades de ensino e as instituições campo de estágio têm de estar bem fortalecidos, pois quanto mais os vínculos forem estreitados, as relações entre as partes envolvidas nesse processo se fortalecem na construção de um fazer profissional mais qualificado, formando profissionais para atuar nas diversas esferas sociais do mundo do trabalho.

## **2.1 AS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO**

Durante o período de estágio todos os envolvidos no processo devem desenvolver suas atividades com dedicação e competência. Essas atividades fazem com que esse processo se desenvolva de maneira sistemática, sendo que cada sujeito fará a sua parte, para obtenção do mesmo resultado em comum.

Durante o estágio é dever de o aluno demonstrar o conhecimento teórico apreendido até o momento, demonstrando interesse e competência no desenvolvimento de suas funções/ações. Bianchi (2002) levanta uma questão importante ao mencionar que o aluno não deve se colocar a disposição da instituição campo de estágio, para desenvolver atividades que não condizem com a sua área de estudos, para isso os professores devem incentivar os alunos para que os próprios se valorizem e que para realizar o estágio os mesmos não devem exercer funções que não condizem com sua condição de aprendiz da profissão que se destina o estágio. É importante que o acadêmico demonstre ao mercado de trabalho e para a comunidade que a universidade está formando profissionais que serão capazes de exercer com qualidade as funções as quais se destinam, vale ressaltar que todas as ações do estagiário serão supervisionadas pelo supervisor de campo e acadêmico.

A PNE/ABEPSS (2009, p.20) define o papel do estagiário como:

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social.

Essas atribuições fazem parte do processo de estágio e são elas que desempenham papel importante na formação profissional, portanto, cabe ressaltar mais algumas atribuições que o estagiário deverá desempenhar, conforme PNE/ABEPSS (2009):

- desempenhar suas atividades em cumprimento aos preceitos éticos da profissão e também da instituição campo de estágio;
- deverá informar aos seus supervisores (campo e acadêmico) ou a coordenação de estágio, qualquer atitude ou exigência de atividade que vá contra os princípios da profissão;
- deverá apresentar sugestões que contribuam para a qualificação de sua formação profissional e que contribua para o desenvolvimento de suas atividades;
- agir sempre com competência técnica e política no desenvolvimento de suas atividades na realização do estágio e solicitar os seus supervisores sempre que achar necessário nas decisões que lhe competem;
- caso precise faltar justifique com antecedência ao seu supervisor, como em qualquer alteração sobre sua frequência ou entrega de trabalhos;
- o estágio supervisionado deve ser realizado de acordo com o projeto ético-político da profissão;
- a disciplina de estágio curricular deve ser reconhecida como parte do processo e elemento constitutivo da formação profissional, pois possibilita apreender estratégias de intervenção que se constituirão na promoção do acesso aos direitos dos usuários do serviço social;
- importante que se participe efetivamente das supervisões de campo e acadêmicas, sejam elas individuais ou em grupos;
- ter comprometimento com os estudos realizados nos grupos de supervisão, como também nas participações em atividades e na documentação que lhe for solicitada.

Diante destas colocações sobre as atribuições, podemos concluir que mesmo essas sendo específicas do estagiário, elas estão inerentes às supervisões tanto de campo quanto acadêmica, podendo recorrer a coordenação de estágio sempre que achar necessário.

Buriolla (1994, p.99), também nos coloca outras atribuições do supervisionado, “o de aprender a ser responsável pelas tarefas que competem ao aluno; o de trazer o conteúdo do curso para discutir no estágio; e de saber correlacionar teoria-prática e esta com o contexto sócio- histórico”.

Deve-se destacar que o aluno deve encarar o estágio como local para o seu aprendizado profissional, onde ele estará à disposição para o aprendizado profissional, onde suas ações serão avaliadas e analisadas pela supervisora de campo, onde ela poderá auxiliá-lo em suas dúvidas e intervenções que demandam a profissão. Esse será o momento de aprendizado, de troca entre os sujeitos que interagem nesse processo. É interessante que o estagiário seja curioso, questionador, que crie aspirações para inovar e crescer profissionalmente.

A mesma autora levanta uma questão que merece destaque que é o aluno que vai para o estágio despreparado, sem motivação ou que simplesmente está naquele espaço para cumprir carga horária. Ela aponta que esse tipo de supervisionado em alguns casos denuncia a defasagem do referencial teórico apreendido durante o curso ou simplesmente do aluno descompromissado com suas funções no processo, que se limita a fazer o que lhe é atribuído, sem maiores reivindicações de outras atividades.

Entende-se que ambas as partes envolvidas nesse processo têm que estar em sintonia, tanto o estagiário que deve ir para o estágio com o intuito de compreender e aprender as ações que demandam o trabalho do assistente social e não apenas para cumprir carga horária como demanda o currículo, quanto o supervisor de campo que deve dedicar parte do seu tempo para que esse aprendizado seja de qualidade e proveitoso para os envolvidos, não fazendo do estagiário mero reprodutor de ações rotineiras ou pior, garantia de mão de obra barata.

## **2.2 AS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR DE CAMPO**

Neste item, citaremos as atribuições que competem ao supervisor de campo durante a relação com o estagiário, destacando que algumas atribuições também fazem valer para o

supervisor acadêmico.

Podemos conceituar a supervisão de campo:

[...] como acompanhamento das atividades práticas do aluno no estágio, é tarefa do assistente social supervisor no contexto institucional. Compreende o processo de desenvolvimento de habilidades técnico-operativas desejáveis à prática profissional, mediante uma dada programação que vise ao atendimento das demandas frente à realidade social e às alternativas de enfrentamento às questões sociais que emergem do cotidiano da prática (PINTO apud LEWGOY, 2009, p.99).

Ao supervisor de campo cabe:

[...] a inserção, o acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o supervisor acadêmico, no processo de supervisão. (PNE/ABEPSS, 2009, p.19-20).

Podemos perceber que a política consultada indica que as relações entre as supervisões de campo e acadêmica devem ser estreitadas, em conjunto, mas o que acaba acontecendo nas instituições de ensino e nos estágios de serviço social é cada um fazendo a sua parte e no seu lado, o supervisor acadêmico ensina a teoria e o supervisor de campo ensina a prática, o que não deveria acontecer assim. Buriolla (1995) levanta essa questão, alegando que esses elementos não devem ser dissociados.

A PNE/2009 consultada também nos traz outras atribuições do supervisor de campo:

- o supervisor deve comunicar as UFAs (Unidades de Formação Acadêmicas) sobre a abertura do campo e da quantidade de vagas por semestre, definindo conforme a legislação vigente o início das atividades e o período do respectivo estágio em conformidade com o calendário acadêmico;
- encaminhar para a coordenação de estágio o plano de estágio elaborado com sua proposta de supervisão;
- deverá assegurar se o campo de estágio oferece reais condições do profissional assegurar o desempenho do estagiário e também do desenvolvimento do seu exercício profissional, conforme Art. 4º e 5º da lei 8662/93 que regulamenta a profissão e dispõe sobre as competências e atribuições específicas do serviço social;

- o supervisor de campo deverá dispor ao estagiário condições institucionais para que ele desenvolva habilidades e competências e assuma responsabilidade pelas ações desenvolvidas pelo serviço social na instituição, como também disponibilizar documentos institucionais e de temáticas específicas referente ao estágio;
- deverão ocorrer supervisões individuais e/ou em grupos para que supervisor de campo e estagiário possam discutir e aprimorar as ações pertinentes ao cotidiano profissional e acompanhar as atividades durante o processo de formação do estagiário;
- o supervisor de campo deve participar com o supervisor acadêmico da elaboração do plano de estágio em conformidade com o projeto pedagógico do curso, mantendo cópia desse documento consigo e ainda participar de encontros, reuniões, seminários e fóruns de supervisores, como em demais atividades desenvolvidas pela coordenação de estágio que visem acompanhamento e capacitação sobre estágio supervisionado;
- o supervisor de campo deve participar da avaliação do supervisionado em conjunto com o supervisor acadêmico;
- deverá encaminhar dúvidas ou sugestões a coordenação de estágio sempre que julgar necessário, podendo remeter-se também ao supervisor acadêmico ou a coordenação do curso da respectiva unidade de ensino, como também deverá atender as exigências documentais solicitadas pela instituição de ensino;
- manter o controle da frequência do estagiário é outra atribuição que compete ao supervisor de campo, devendo este atestar o número de horas de estágio realizado;
- cabe a ele também em conjunto com a coordenação de estágios e o supervisor acadêmico a decisão sobre caso de desligamento de estagiário;
- considerar a pertinência ou o encerramento do campo de estágio

Tendo em vista que a supervisão de estágio só pode ser exercida por profissional regulamentado, destacamos:

Art. 5º - A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo



local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente. (RES. CFESS 533/2008).

Portanto, para ser um supervisor de campo o profissional deve estar inserido na instituição como profissional assalariado, não podendo exercer a função de supervisor os profissionais voluntários, muito comuns na profissão de assistente social, pois estes além de não terem vínculo com a instituição onde desenvolvem seu trabalho, nem sempre disponibilizam de carga horária suficiente para se dedicarem ao papel de supervisor de campo, portanto, ficando vetado ao profissional supervisionar estágio sem está inserido no quadro funcional da instituição campo de estágio.

Conforme o Art. 6º. da Resolução CFESS 533/2008 ainda compete ao supervisor de campo: “a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação de estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio”. Esse é mais um artigo que merece destaque dentro das atribuições do supervisor de campo, pois cabe à ele a função de acompanhar orientando e avaliando o desenvolvimento do estagiário no campo de estágio, onde este passará por avaliações constante durante esse processo, é importante destacar que durante o estágio supervisionado o estagiário e o supervisor de campo devem agendar supervisões periódicas onde nesse espaço eles poderão discutir sobre o andamento das atividades do estágio, como também avaliar se o estagiário está conseguindo desenvolver as suas atribuições de maneira correta que vá de encontro aos princípios legais da profissão, tendo em vista que esse momento também é uma maneira do supervisor de campo contribuir para avaliação do estagiário.

## **2.3 AS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR ACADÊMICO**

Um outro sujeito envolvido no processo de formação profissional é o supervisor acadêmico. Podemos definir a supervisão acadêmica:

[...] como prática docente, é tarefa do professor-supervisor no contexto do curso. Compreende o processo de ensino-aprendizagem que se estabelece na relação do professor-supervisor com o aluno, a partir da atividade cotidiana do estágio, mediante uma dada programação que vise ao reconhecimento do Serviço social e a realidade da prática profissional na sua relação com a demanda, com a instituição e com a realidade social (PINTO apud LEWGOY, 2009, p.99).

Conforme PNE/ABEPSS (2009, p.19) ao supervisor acadêmico compete:

[...] o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, e, constante diálogo com o supervisor de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

Dentre as atribuições expostas pela política consultada (PNE/ABEPSS, 2009) teceremos mais algumas atribuições que competem ao supervisor acadêmico como:

- inserir o debate do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional, orientando os supervisores de campo e estagiários sobre a política de estágio da respectiva instituição de ensino como também orienta-los na elaboração do plano de estágio em conformidade com o projeto pedagógico e com as demandas privativas do campo de estágio;
- supervisionar as atividades realizadas pelos estagiários através de encontros sistemáticos com horários e local definidos, podendo fazer com que esses encontros sejam no local de estágio em conjunto com o supervisor de campo, contribuindo para a qualidade e concretização da supervisão de estágio;
- o supervisor acadêmico deve auxiliar o estagiário orientando e avaliando suas produções teóricas, colaborando no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- compete ao supervisor acadêmico ler, analisar criticamente os relatórios profissionais elaborados pelos estagiários embasando a supervisão em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam para a formação profissional, mantendo essas sínteses em sigilo;
- deverá participar de reuniões, seminários, encontros e outras atividades que competem aos supervisores acerca de atualizações que demandam a profissão e também como forma de qualificação para o processo de formação exercício profissional no que compete a supervisão direta de estágio;

- acompanhar o estagiário durante o seu processo de estágio, através de documentos específicos exigidos pelo processo didático de aprendizagem da instituição de ensino, exemplo relatórios específicos;
- deverá analisar o controle de frequência e relatórios, como os demais documentos solicitados para compor a avaliação do acadêmico em cada nível do estágio avaliando a capacidade ético-crítica e técnico-política no processo de estágio, atribuindo a respectiva avaliação sobre a análise;
- caso perceba alguma irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos de estágio, deverá informar à coordenação de estágio para efeito de realização de visita institucional.

Compete ainda ao supervisor acadêmico o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão, conforme Art.7º da Resolução CFESS 533/2008.

Podemos definir o supervisor acadêmico como a base que o estagiário tem dentro da instituição de ensino, pois é o professor/supervisor acadêmico que lhe orienta enquanto o seu aprendizado no campo de estágio é analisado. Cabe a ele avaliar o que o estagiário lhe confia através de seus relatórios, como está o desenvolvimento do seu processo de ensino-aprendizagem, conferindo também se o estagiário enquanto sujeito desse processo está atendendo às atribuições a ele demandadas. Enquanto supervisor acadêmico é dever do professor analisar como o aluno consegue identificar as demandas institucionais no campo em que ele está inserido e de que maneira ele está atendendo-as. Verificando também se o aluno através do seu campo de estágio consegue desenvolver as competências profissionais inerentes à atuação do assistente social.

## **2.4 AS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES CAMPOS DE ESTÁGIO E DA UNIVERSIDADE**

Dentre as atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de estágio a PNE/ABEPSS 2009 também elenca alguns pontos que merecem destaque em relação às atribuições da instituição campo de estágio e da instituição de ensino, nesse caso, representado pela sua

coordenadoria de estágio, “cabe à esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do estágio como elemento central da formação profissional” (PNE/ABEPSS, 2009, p.24). Caso a instituição de ensino não possua coordenador de estágio, essas atribuições devem ser desenvolvidas pelo coordenador do curso de serviço social e ainda que não possua a coordenação estágio, a política mencionada propõe a sua necessidade de criação, viabilizando o estágio de qualidade.

Entre as atribuições que competem à coordenação de estágio da instituição de ensino elencadas pela PNE/ABEPSS 2009, podemos destacar:

- operacionalizar através de uma política de estágio normas e diretrizes condizentes com os objetivos da formação profissional; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do estágio;
- manter contato com as diferentes instituições no intuito de analisar sua programação e o interesse da possibilidade de oferta de vagas de estágio, além de estabelecer parceria para assegurar a efetivação do estágio, promovendo eventos e atividades direcionados a capacitar os supervisores de campo;
- deverá em cada semestre entrar em contato com as instituições campos de estágio a fim de manter, ampliar ou abrir novos campos de estágio para disposição dos estudantes, podendo também estes novos campos serem indicados por alunos, professores e assistentes sociais, neste caso, os interessados deverão encaminhar para a coordenação de estágio o interesse em alguma instituição para campo de estágio, a mesma analisará e obedecerá os critérios para abertura de novos campos;
- levando em consideração as demandas dos estudantes, esta coordenação deverá selecionar, credenciar e acompanhar o desempenho dos campos de estágios, respeitando os princípios da política de estágio;
- indicar e rever os modelos de documentações que fazem parte do processo de estágio: avaliações pelos professores do processo de estágio, avaliação pelo supervisor do processo de aprendizagem do estudante no campo de estágio, roteiro de avaliação de relatório, plano de estágio, entre outros;
- favorecer troca de informações entre instituições campo de estágio, estudantes e supervisores com a coordenação de estágio e professores visando estabelecer continua comunicação através de encontros, reuniões,

visitas, entre outros;

- é importante a promoção de reuniões entre os professores da disciplina de estágio, visando a troca de informações e experiências entre eles, propondo a articulação do processo de estágio com a proposta curricular;
- analisar em conjunto com o professor da disciplina e o supervisor de campo do desligamento ou a transferência do estagiário quando for o caso de problemas referentes a extinção de programas e/ou projetos;
- possibilitar o acesso dos estudantes, professores e supervisores de campo ao material produzido pela coordenação, por alunos e por professores do material referente a temática do estágio;
- promover encontros entre os supervisores acadêmicos e os estudantes com os futuros estagiários, proporcionando a apresentação dos campos de estágios e a troca de experiências de praticas profissionais; importantíssimo promover curso de capacitação de supervisores;
- caso não exista, deverá estimular em conjunto com o CRESS a criação do Fórum Estadual de Supervisores articulado ao Fórum de Supervisores ( da respectiva unidade de ensino);
- acatar as demandas do CRESS de sua região em conformidade da documentação exigida pela Res. 533/08.

A Resolução CFESS 533/2008 que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social agrega mais uma atribuição à instituição de ensino:

Art. 1º - As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando:

- I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos;
- II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo;
- III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado.

A Resolução CFESS 533/2008 destaca também que,

Parágrafo 5º. Cabe ao profissional citado no caput e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993.

Considerando as atribuições acima, é importante destacar que para a iniciação do estágio a instituição campo de estágio deve estar conveniada com a instituição de ensino, depois disso o estagiário deverá entregar a sua documentação na coordenação de estágio, nesta documentação consta a sua carga horária, o local do seu campo de estágio, as atividades que serão desenvolvidas e qual será o seu supervisor de campo, este deve estar devidamente registrado no CRESS de sua região. A coordenação de estágio também deverá enviar uma relação semestral ao CRESS correspondente, informando o nome dos alunos, o local do campo de estágio constando os nomes dos supervisores de campo e acadêmico.

A Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, agrega algumas atribuições da parte concedente do estágio, entre elas podemos citar algumas como:

Art.9º I- celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e educando, zelando por seu cumprimento; [...]  
 II- ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; [...]  
 VI- manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

É importante mencionar que para receber o estagiário, a instituição deverá oferecer condições para que esse processo aconteça de maneira digna para as partes envolvidas. O profissional de Serviço Social deve ter seu espaço reservado na instituição para atender seus usuários com sigilo profissional e espaço físico adequado, já que essas são exigências que não dependem da atuação do profissional, pelo contrário, são exigências necessárias para que o profissional possa desenvolver suas ações, conforme a Resolução CFESS 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, cabendo aqui destacar os seguintes artigos:

Art. 1º. É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.  
 Art. 2º. O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:  
 a-iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a

organização institucional;

b-recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

c-ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;

d-espço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3º. O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

Art. 4º. O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito ao assistente social.

Portanto, na hora de se estabelecer os vínculos que possibilitam o processo de estágio supervisionado, é importante que as partes envolvidas neste processo observem se essas condições estão de acordo para que o estágio se desenvolva com a qualidade necessária. Condições estas que envolve as condições de trabalho e as possibilidades para que o estágio seja efetivado como um processo educativo, desenvolvendo no estagiário suas competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa já que destas dependem do seu desempenho profissional, tanto quanto uma supervisão que envolva reflexão, crítica, criatividade, proposições e contínuas avaliações.

Dentre as legislações que regem a supervisão de estágio em serviço social podemos destacar o Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social da UFSC, é esse o documento que orienta essa prática nessa instituição de ensino. Temos a destacar que esse regulamento nos apresenta de maneira clara e objetiva as atribuições que os sujeitos envolvidos nesse processo devem desempenhar.

### **3 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO**

Nesta seção são apresentados os dados levantados por meio da pesquisa documental realizada nas avaliações sobre o desempenho que os supervisores de campo fazem dos seus estagiários no final de cada semestre (ver anexo). A pesquisa foi realizada na Coordenação de

Estágio do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Através dessas avaliações são levantados os principais pontos que merecem destaque e consideração para pensar na qualidade do ensino aprendizagem no processo de estágio supervisionado. As avaliações analisadas correspondem aos semestres de 2009.1, 2009.2 e 2010.1.

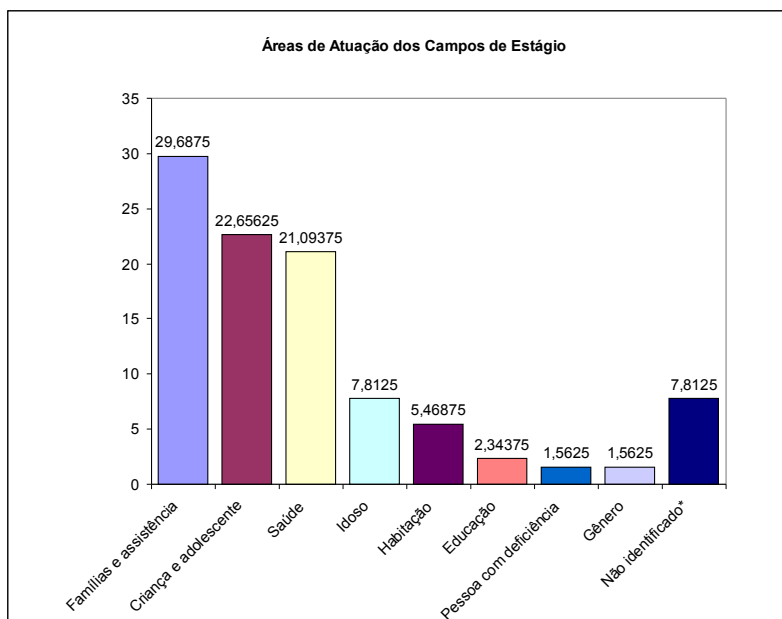
No total foram analisadas 128 avaliações, que correspondem a 113 avaliações de estágio obrigatório e 15 avaliações de estágio não-obrigatório. Entre as instituições campos de estágio, as áreas de atuação identificadas foram:

- Família e Assistência Social;
- Criança e adolescente;
- Saúde;
- Idoso;
- Habitação;
- Educação
- Pessoa com deficiência;
- Gênero.

Na ilustração abaixo veremos como se deu a distribuição desses campos de estágios de acordo com a área de atuação de cada um e qual o percentual correspondente de cada campo em relação às avaliações analisadas nessa pesquisa.

Interessante destacar que a maioria dos campos de estágio conveniada a esta universidade é de caráter público, onde podemos destacar a Prefeitura Municipal de Florianópolis- PMF, o próprio hospital da universidade- HU, , Organizações Não Governamentais - ONG's, entre outros.





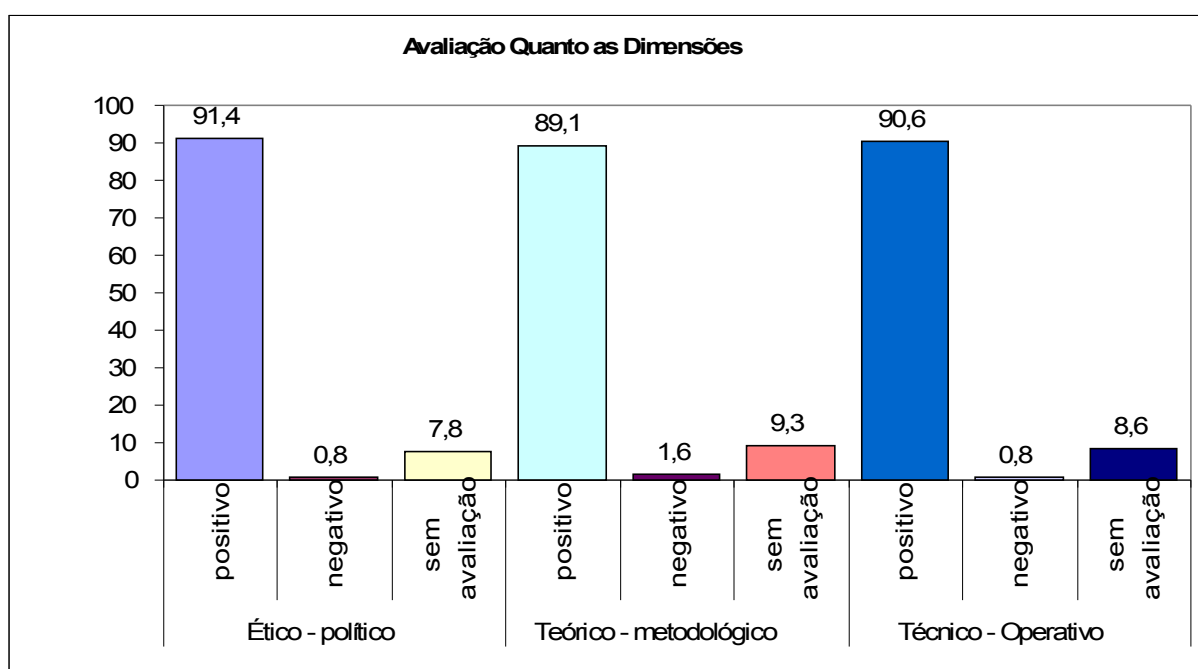
**Gráfico 1 - Áreas de atuação dos campos de estágio**

\* Algumas avaliações não constavam o nome da instituição campo de estágio, não sendo possível fazer a identificação da área de atuação do campo de estágio.

Como podemos perceber os campos de estágios conveniados com a UFSC durante o período referido são diversificados. Entre os que mais oferecem vagas de estágio estão as instituições que atendem famílias através de projetos e/ou programas sociais, essas instituições correspondem a 29% das avaliações analisadas, seguido das instituições que atendem crianças e adolescente que ocupam 22% das vagas de estágio oferecidas, a área da saúde também é uma área que oferece um número significativo de vagas de estágio que correspondem a 21% dos atuais campos de estágio conveniados. Não menos importante, mas com números menos significativos ficaram os campos que atuam com a população idosa com 7%, habitação 5%, educação 2%, deficientes 1% e gênero 1%. Devido algumas avaliações não ter vindo no papel timbrado na instituição e nem ter o nome da instituição mencionado na avaliação, não foi possível identificar a área de atuação dos campos de estágio dos 7% restantes das avaliações. Dando destaque a esses campos de atuação identificados, o estagiário terá a oportunidade de atuar diretamente com a implementação e execução de programas e projetos sociais condizente com a realidade do campo de atuação da instituição.

### 3.1 AS DIMENSÕES ÉTICO-POLÍTICA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E TÉCNICO-OPERATIVA

Neste item, são analisadas as dimensões da formação que envolve o processo de supervisão de estágio: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, no âmbito das instituições campo de estágio. É observada a quantidade de supervisores que mencionaram que os estagiários conseguiram desenvolver as competências profissionais dentro do campo de estágio, já que o bom entendimento e desempenho destas dependem da boa atuação do profissional.



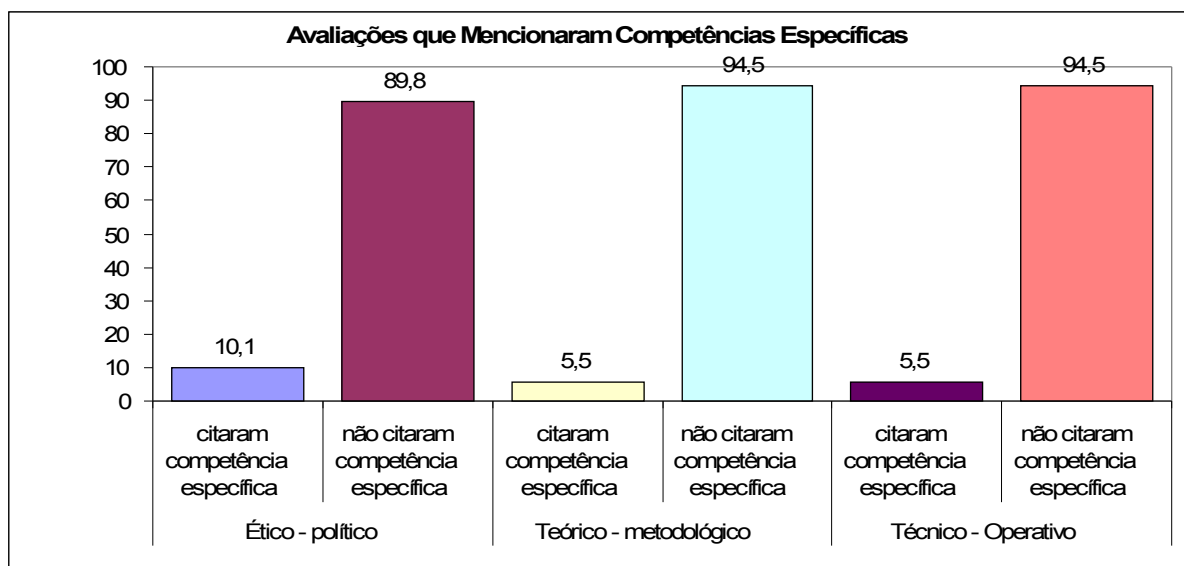
**Gráfico 2: Avaliação quanto às dimensões**

Neste segundo gráfico, observamos a quantidade de avaliações que apontam positivamente a capacidade do aluno em desenvolver as competências profissionais constantes no currículo a partir das três dimensões: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, durante suas ações no estágio supervisionado.

Acontece que neste caso, nas três dimensões profissionais os supervisores só responderam que sim ao lado da questão referente a cada uma delas, considerando que o estagiário, neste caso, conseguiu desempenhar suas funções de acordo com as competências

constantes no currículo. Cabe aqui considerar que no formulário de avaliação consta ao lado de cada dimensão uma síntese sobre o que corresponde a cada competência.

A seguir, apresentamos o percentual das avaliações que citaram alguma competência em relação ao desempenho do estagiário.



**Gráfico 3: Avaliações que mencionaram alguma competência específica**

No que se refere as competências ético-políticas apenas 10% das avaliações analisadas informaram quais as competências os seus estagiários conseguiram desempenhar.

Entre as competências ético-políticas citadas, podemos destacar:

**TABELA 1: Competência ético políticas**

Competências ético-políticas citadas	Número de avaliações que citam esta competência
Demonstra compromisso com a defesa dos direitos sociais, humanos e cidadania	7
Conhecimento do Código de Ética Profissional	5
Conhecimento do Projeto Ético- Político	2
Conhecimento da Lei da Profissão	1
Promoção no acesso dos usuários aos serviços instituídos nas políticas públicas	1
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>

Como podemos perceber, algumas competências ético-políticas foram citadas por mais de um supervisor. A tabela permite observar como a competência mais citada o compromisso

com a defesa dos direitos sociais, humanos e cidadania, encontrando-se presente em 7 das avaliações. A segunda competência mais citada foi o conhecimento do código de ética profissional, com 5 citações, seguida do conhecimento do projeto ético-político, com 2 citações. Os dados revelam que de um total de 128 avaliações, apenas 16 se referiram a alguma competência ético-política específica. Apesar da ampla maioria dos supervisores de campo avaliar que foi positivo o desenvolvimento desta competência, o fato deles não descreverem quais estão sendo desenvolvidas, dificulta uma análise de quais delas deveriam ser mais trabalhadas durante o curso e o processo de supervisão de estágio.

Já nas competências teórico-metodológica e técnico-operativa tivemos um resultado semelhante, em apenas 5,4% das avaliações analisadas constava alguma competência específica, nestes casos, citadas pelos supervisores, onde destacamos:

**TABELA 2: Competências Teórico-metodológicas**

<b>Competências Teórico-metodológicas Citadas</b>	<b>Número de avaliações que citam esta competência</b>
Análise interpretativa do contexto social e institucional	2
Mediações necessárias por meio de aportes teóricos	1
Conhecimento da LOAS- ECA- SUAS	1
Segue as diretrizes e a política social da instituição	1
Conseguiu fazer a conexão entre teoria e prática	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

Diante da tabela, podemos perceber que poucas avaliações tiveram alguma competência teórico-metodológica citada. A tabela permite observar que apenas uma competência foi citada por mais de um supervisor de campo, que é a competência que representa a análise interpretativa do contexto social e institucional. As outras competências expostas na tabela foram citadas apenas uma vez, que foram as competências com referências ao aporte teórico durante a intervenção, a conexão entre teoria e prática, assim, como mencionado anteriormente, dificulta uma análise de quais delas deveriam ser mais trabalhadas durante o curso e o processo de supervisão de estágio.

Entre as competências técnico-operativa mencionadas pelo supervisor de campo, mencionamos:

**TABELA 3: Competências Técnico-operativa**

<b>Competências Técnico-operativa Citadas</b>	<b>Número de avaliações que citam esta competência</b>
Escuta qualificada	2
Entrevista individual, reunião com familiares, contato institucional	2
Soube conduzir atividades de mobilização, reuniões	1
Boa observação e registro de atividades	1
Entrevistas e visitas domiciliares	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

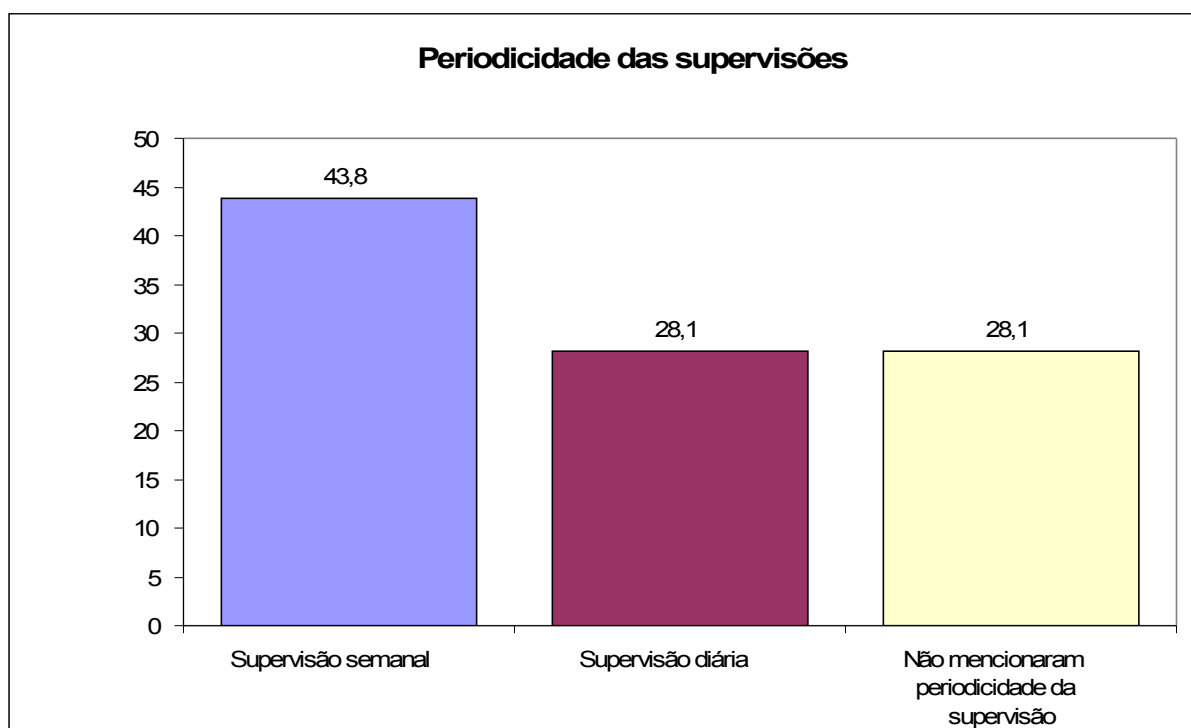
Como podemos perceber, algumas competências técnico-operativa foram citadas por mais de um supervisor. A tabela permite observar que a competência da escuta qualificada e a entrevista individual, reunião com familiares, contato institucional foram citados por dois supervisores de campo. As outras competências destacadas na tabela foram citadas apenas uma vez pelos supervisores durante as suas avaliações. Novamente mencionamos que o fato dos supervisores considerarem positivo o desenvolvimento desta competência, mas não descreverem quais estão sendo desenvolvidas, dificulta uma análise de quais delas deveriam ser mais trabalhadas durante o curso e o processo de supervisão de estágio.

Podemos considerar que em relação a quantidade de avaliações analisadas, sendo 128 no total, o número de supervisores que citam alguma competência específica em relação ao desempenho do estagiário atingiu um número considerado muito baixo, não atingindo 1/3 das avaliações. Podemos aferir que isso dificulta a compreensão por parte da universidade de como os acadêmicos estão se desenvolvendo profissionalmente dentro do seu campo de estágio, pois através dessa avaliação que é exigido como requisito para nota final do estagiário, o supervisor de campo poderia discorrer mais sobre as práticas desenvolvidas pelos estudantes, informar como está o entendimento deles em relação a teoria apreendida no decorrer do curso, como está o desenvolvimento das suas competências profissionais, dentre outros requisitos que devem ser observados pelos supervisores. É importante responder esses requisitos com mais detalhamento, pois assim a universidade pode aprimorar a sua qualidade de ensino nos requisitos considerados que merecem uma atenção maior no que for mencionado pelo supervisor.

### **3.2 O ESTÁGIO COMO PROCESSO EDUCATIVO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Nesta última parte do trabalho vamos analisar de que maneira se deu a supervisão de estágio nesses campos, e quais as contribuições e considerações os supervisores nos colocam para melhorar esse processo.

Primeiramente, vamos analisar o gráfico que nos indica com que frequência os supervisores de campo e estagiários realizavam a supervisão individual e/ou grupal.



**Gráfico 4: Avaliações que informaram a periodicidade das supervisões**

A pesquisa nos indica que quase metade dos supervisores de campo garante que realizam supervisão individual e/ou grupal semanalmente, um total de 43% das avaliações analisadas nos indica esse número. Quando não fazem semanalmente, as supervisões acontecem durante o desenvolvimento das atividades não tendo um dia específico para isso acontecer, esse tipo de supervisão acontece com 28% das avaliações analisadas, sobrando um total de também 28% para as avaliações que não citaram o momento específico em que acontecem as supervisões.

Diante dos dados do gráfico podemos avaliar que em algumas instituições as supervisões não estão ocorrendo de maneira correta, pois conforme vimos anteriormente, as supervisões devem ocorrer periodicamente, deve-se reservar um horário específico para essa

atividade, as supervisões durante o desenvolvimento das atividades também são válidas mas as supervisões não devem acontecer somente dessa maneira.

Alguns supervisores elogiaram os seus supervisionados, considerando-os aptos para o exercício profissional, por considerarem através das avaliações que os estudantes tem compromisso com as atividades desenvolvidas, o que não deixa de ser uma das atribuições do estagiário, conforme vimos no capítulo anterior, dentre outras atribuições também citadas pelos supervisores, como: posicionamento ético, zelo no manuseio e arquivamento de documentos e materiais, muitos dos estagiários buscaram conhecer a instituição em que eles estavam se inserindo através de leituras de materiais, mantiveram o sigilo profissional, tiveram um posicionamento crítico, tiveram o compromisso de darem retorno sobre os trabalhos elaborados sobre a instituição, realizaram leituras sobre determinados assuntos ou fizeram leitura de referências bibliográficas sugeridas pelo supervisor de campo.

Porém, alguns supervisores também fizeram alguns comentários negativos sobre a maneira da universidade conduzir o processo de estágio supervisionado como também teceram alguns comentários sobre o desempenho dos estagiários durante o processo de supervisão.

Na pesquisa algumas questões levantadas pelos supervisores de campo na sua maioria são questões que deveriam estar inseridas no cotidiano das ações que dizem respeito ao estágio. Dentre os comentários que os supervisores teceram sobre a supervisão de estágios mais diretamente para a universidade/ coordenação de estágios e sobre os estagiários, podemos destacar:

Para a Universidade:

**TABELA 4: Comentários dos Supervisores de Campo em referência a Universidade**

<b>Comentários dos Supervisores de Campo em referência a Universidade</b>	<b>Número de avaliações que fizeram este comentário</b>
Manutenção dos Fóruns para supervisores de campo, considerando que esses encontros deveriam acontecer no início do semestre, para estreitar os vínculos entre os sujeitos envolvidos no processo, possibilitando também a troca de experiência entre os supervisores;	11

Visita do professor/supervisor acadêmico ao campo de estágio;	6
Oferta maior de carga horária sobre Direitos Humanos, Idosos e Gênero;	4
Ampliação da carga horária de estágio obrigatório;	3
Proximidade entre o supervisor acadêmico e de campo para a elaboração do plano de estágio;	2
O estágio deveria iniciar na 5ª fase- para melhor conhecimento da instituição e para dar tempo de contemplar todos os campos de trabalho do assistente social.	2
Maior enfoque das políticas públicas na disciplina de Movimentos Sociais;	1
A coordenação deveria orientar o acadêmico sobre o seu campo de estágio, antes do seu ingresso na instituição;	1
Discussão da nota do estagiário entre os dois supervisores;	1
Os supervisores acadêmicos deveriam intensificar o fichamento de textos para estimular o aluno a pensar, sintetizar, para melhor analisar as demandas sociais a luz dos referenciais teóricos;	1
Dificuldade do curso em capacitar os alunos a construir suas competências teórico-metodológicas antes do estágio;	1
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

Dentre essas colocações dos supervisores de campo para melhorar ou aprimorar o desenvolvimento do estágio supervisionado na universidade, os supervisores de campo também fizeram algumas colocações que dizem respeito aos acadêmicos, entre elas, citamos:

**TABELA 5: Comentários dos Supervisores de Campo em referência aos estagiários**

<b>Comentários dos Supervisores de Campo em referência aos estagiários</b>	<b>Número de avaliações que fizeram este comentário</b>
Os acadêmicos devem aprimorar o hábito da leitura;	7
Registrar sínteses e conclusões, estimulando o processo analítico;	1
Melhorar a organização de idéias;	1
Aperfeiçoar a redação;	1
Alguns demonstraram pouca iniciativa pelo campo de estágio, pouco propositivo e dependente, como também, a dificuldade de alguns acadêmicos em aceitar críticas e serem resistentes quanto algumas orientações sobre relatórios;	1
Falta de ânimo por parte do estagiário, não sabendo	1



aproveitar o tempo na instituição;	
Melhorar a organização de sua documentação;	1
Limitar-se a realizar somente as atividades do Serviço Social;	1
Faltou em alguns casos apresentar determinação, perseverança e compromisso.	1
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

Com as colocações acima descritas, podemos concluir que alguns supervisores de campo não mencionaram mais competências sobre os seus supervisionados devido ao fato de alguns acharem que os acadêmicos não estão totalmente seguros em desenvolver as suas atividades no estágio, o que pode vir atrapalhar no momento de sua avaliação.

Considerando as colocações dos supervisores de campo, podemos destacar também que os mesmos registram que os fóruns e curso de capacitação para supervisores de campo em muito contribui para esse processo, pois através desses encontros é possível trocar experiências e informações com outros supervisores, portanto, consideram que esses encontros devem continuar acontecendo.

Um outro fator interessante levantado pelos supervisores de campo é o fato dos estagiários precisarem desenvolver mais suas o hábito da leitura, já que alguns supervisores consideraram que esse hábito ajuda na elaboração de relatórios e outros documentos inerentes ao processo de estágio.

Precisamos mencionar também o item destacado pelo supervisor de campo onde ele cita que os supervisores acadêmicos deveriam visitar os campos de estágios, acrescentando que essa é umas das atribuições desses supervisores, conforme nos indicou a PNE/ABEPSS 2009. Essas visitas são importantes para que o supervisor acadêmico tome conhecimento da realidade institucional em que o estagiário está inserido e para a construção coletiva do plano de estágio, para que no momento de supervisão esse supervisor possa fazer as devidas considerações para o desenvolvimento desse processo.

Um outro ponto a se pensar é sobre a oferta de maior carga horária sobre determinados assuntos, conforme mencionaram alguns supervisores, como foi o caso dos Direitos Humanos, Gênero e Idoso e também o fato do supervisor pedir para a disciplina de Movimentos Sociais enfocar mais as políticas públicas.

Sobre a questão de aumentar a carga horária de estágio conforme citado nas avaliações é um ponto que merece discussão. Entretanto, muito tem se falado em reformulação do currículo e o estágio com certeza terá destaque nessa reformulação. Muitos supervisores de campo consideram dois semestres pouco para que se possa desenvolver um estágio com

qualidade, pois quando o estagiário está começando a compreender como se desenvolvem as ações do profissional na instituição o seu estágio termina fazendo com que o processo se encerre ali. Podemos considerar que algumas instituições preferem aceitar estagiários para o estágio não-obrigatório, pois assim, eles permanecem mais tempo na instituição, isso faz com que ele aprenda mais sobre as ações do profissional como também os usuários agregam mais confiança ao seu trabalho.

Importante destacar também sobre o desenvolvimento dos estagiários em seus campos de estágio, alguns supervisores mencionaram de forma satisfatória esse processo não deixando de mencionar algumas indagações sobre os seus supervisionados, como foi o caso de alguns não mostrarem compromisso com o seu papel de estagiário na instituição ou também não ter demonstrado iniciativa no aprendizado, isso é muito importante e merece ser levado para coordenação de estágio para discussão.

Por fim, podemos mencionar que entre as avaliações analisadas todos os estagiários foram considerados aprovados pelos seus supervisores de campo. Podemos pensar então, que entre as colocações mencionadas pelos supervisores tanto para a universidade como para os estagiários são temas que merecem ser levados a discussão para o aprimoramento desse processo, não considerando como pontos negativos, mas como pontos a serem pensados por todos os envolvidos nesse processo, para que o estágio se torne cada vez mais um espaço de ensino-aprendizagem com qualidade e compromisso dos sujeitos envolvidos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho, como mencionado anteriormente, objetivou analisar a supervisão de estágio e suas atribuições, bem como, as legislações que regem esse processo e como a supervisão de campo se efetiva no âmbito da supervisão de estágio.

Através do estudo e entendimento das legislações vigentes e referenciais bibliográficos sobre os princípios e concepções referentes ao estágio foi possível analisar as dimensões da formação que envolve o processo de supervisão de estágio: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, no âmbito das instituições campo de estágio levantamos algumas proposições através das colocações apresentadas pelos supervisores de campo por meio das análises realizadas.

Foi possível observar que entre os autores utilizados como referência, todos nos trouxeram o estágio supervisionado como uma atividade integrante do processo de formação profissional. O estágio supervisionado é o momento de o estagiário apreender sobre as ações

do profissional, é o locus onde ele desenvolverá seu perfil profissional, a sua identidade profissional. É neste espaço de ensino-aprendizagem que ele identifica as demandas sobre as quais tem de atuar. Para isso, o estagiário de ter o entendimento dos princípios norteadores da profissão, do projeto ético-político e do código de ética, para que ele possa desenvolver suas competências condizentes com a profissão e com a orientação dos supervisores de campo e acadêmico.

É importante mencionar que o currículo do curso de Serviço Social vem se moldando a medida que as transformações na sociedade vem ocorrendo, o currículo através de suas disciplinas vem preparar profissionais para atender essas demandas impostas aos profissionais.

No que compete aos sujeitos que compõe o processo de estágio supervisionado é importante mencionar que sem o total envolvimento dos sujeitos o estágio se desenvolverá apenas como uma atividade burocrática para cumprimento de carga horária. Para que isso não ocorra é imprescindível o acompanhamento da Coordenação de estágio nesse processo, tanto para agilizar o convênio com a instituição campo de estágio, como para o acompanhamento desse processo educativo.

Podemos destacar também, que no momento algumas atribuições descritas na PNE/ABEPSS 2009 não estão sendo devidamente cumpridas pelos sujeitos envolvidos no processo, face disso é a dificuldade do supervisor acadêmico de visitar os campos de estágio e construir com supervisor de campo e estagiário o plano de estágio. Isso de certa maneira dificulta o processo de supervisão. O olhar do supervisor acadêmico sob o campo de estágio pode acrescentar em muito o processo de estágio do acadêmico, pois assim, no momento da supervisão em sala de aula o supervisor ou na leitura dos relatórios o supervisor poderá orientar o estudante diretamente e, em relação as demandas atendidas na instituição em que ele está inserido. Podendo também observar se a instituição oferece real condição de ser conveniado com campo de estágio, conforme exigência da Resolução CFESS 493/2006.

O desempenho das competências profissionais durante o estágio depende em grande parte do conteúdo que o acadêmico apreendeu durante o decorrer do curso, considerando como sugestão dos supervisores de campo, essas competências devem ser reforçadas nas disciplinas, para quando chegar o momento de interagi-las com a realidade profissional, os mesmos se considerem capazes para o desenvolvimento de suas competências.

Propomos que nos próximos semestres a Coordenação de estágio em conjunto com os professores/supervisores acadêmicos procurem orientar os estagiários sobre as suas atribuições enquanto sujeito integrante desse processo, face as colocações feitas pelos

supervisores de campo durante as pesquisas, podemos perceber, que alguns nos colocam que os estagiários entram no campo de estágio sem saber o que ele irá desempenhar nesse espaço. Portanto, sugerimos que se faça pelo menos um encontro com os estudantes que estão prestes a cursar a ingressarem no estágio, como já ocorreu no segundo semestre de 2010, e orientá-los sobre os campos de estágios e qual a importância do estágio nesse momento tão importante do seu processo de formação profissional.

Vemos como alternativa de melhorar e aprimorar esse processo, a continuidade dos cursos de capacitação para supervisores de campo, espaço considerado pelos supervisores como espaço de socialização e troca de experiências.

Cabe considerar que não é tarefa fácil supervisionar estágio, mas essa é uma atividade que integra uma das atribuições privativas do profissional. Portanto, devemos aprimorar essa prática enquanto profissionais, pois ela representa um papel fundamental no ensino-aprendizagem dos futuros profissionais que se agregam a categoria, assim como, a possibilidade de um processo de formação que agregue e desenvolva as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. 2009.

ABESS/CEDEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. - **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**, Rio de Janeiro, 1996.

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Maria; BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação: estágio supervisionado**. 2ª. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996; revoga as leis nºs 6.494, de 7 de dez. de 1977, e 8.859, de 23 de mar. De 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de ago. de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 26 de set. 2008.

BURIOLLA, Marta Alice F. **O Estágio Supervisionado: o supervisor, sua relação e seus papéis**- São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estágio Supervisionado**. Coordenação editorial Danilo A. Q. Morales- São Paulo: Cortez, 1995.

CARNEIRO, Bárbara fraga. **O estágio supervisionado do curso de serviço social da UFSC: matrizes curriculares de 1970 a 1999**. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Lei Nº. 8.662 de 7 de junho de 1993**. Regulamenta a Profissão de Assistente Social.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº. 493 de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº. 533 de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.  
IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional**. 5ª. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

KULCSAR, Rosa. **O estágio supervisionado como atividade integradora**. In: FAZENDA, Ivani Catarina A. [et al.]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 2ª. Edição. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. Módulo de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acessado em 06/10/2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida H. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº. 80, 2004.

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social**. In: FORTI, Valeria. GUERRA, Yolanda. Serviço (orgs). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro. Editora Lúmen Júris, 2010, pg.121-131.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjiam. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais**. In: FORTI, Valeria. GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro. Editora Lúmen Júris, 2010 ,pg.79-101.

SANT' ANA, Raquel Santos. **O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social**. In: Revista Serviço social e Sociedade. Processo de Trabalho e Assistência Social. São Paulo: Cortez, nº.62, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Modelos de supervisão em serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

## ANEXO

## **AVALIAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO**

### ***I. IDENTIFICAÇÃO***

Nome do(a) estagiário(a):

Matrícula:

Total de horas no semestre:

Assistente Social Supervisor(a) de Campo:

Registro CRESS nº:

### **2. DESEMPENHO NO PROCESSO DE ESTÁGIO**

2.1. Sobre a capacidade do aluno em relação às competências constantes do currículo:

- Competência ético política: demonstra compromisso com a defesa de direitos sociais, direitos humanos, cidadania; impulsiona prática democrática nas políticas e programas sociais; fortalece a participação dos usuários; posiciona-se eticamente diante das situações; recusa formas de autoritarismo e arbítrio,
- Competência teórico metodológica: faz interpretação crítica de seu campo de trabalho; identifica a política social no âmbito da intervenção; contextualiza as demandas imediatas; faz análise de conjuntura e estabelece estratégias de ação viáveis.
- Competência técnico operativa: mostra competência para utilizar o instrumental como forma de impulsionar a ação.

## 2.2. Sobre a capacidade do aluno em relação à:

- Interagir, relacionar-se com o supervisor, usuários e Instituição.
- Possuir senso de responsabilidade, pontualidade, assiduidade.
- Possuir capacidade de lidar com conflitos.
- Organizar a documentação.
- Apresentar determinação, perseverança e compromisso.
- Manifestar interesse, iniciativa, e independência.

## 2.3. Supervisão:

- Forma e periodicidade.
- Discussão com o supervisor sobre conteúdo teórico metodológicos e trabalhos produzidos no Curso referentes ao campo de estágio.
- Compromisso com a leitura do material recomendado pela supervisora de campo.
- Devolução dos resultados das pesquisas realizadas na Instituição.

## 3 PARECER FINAL E NOTA:

## 4. SUGESTÕES E CRÍTICAS:

**Florianópolis,        de        de 2010.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Supervisor(a) de Campo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Estagiário(a)

## ATESTADO

Declaramos que o (a) estudante \_\_\_\_\_

portador(a) do RG. nº. \_\_\_\_\_, regularmente matriculado(a) no Curso de



Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, realizou \_\_\_\_\_  
(número de horas por extenso) horas de estágio curricular obrigatório nesta organização, no  
período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na área de Serviço Social.

Local, data e assinatura

Obs.:

O atestado deverá ser entregue em duas vias e apresentado com o **timbre** da organização concedente de estágio, bem como ser **assinado/carimbado** por representante legal da organização ou pelo(a) supervisor(a) de campo.

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 SERVIÇO SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>14</b>
1.1 O SIGNIFICADO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL.....	14
1.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E AS DIMENSÕES DO PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO.....	20
1.2.1 Dimensão ético-política.....	21
1.2.2 Dimensão teórico-metodológica.....	24
1.2.3 Dimensão técnico-operativa.....	26
1.3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E AS DIRETRIZES CURRICULARES.....	27
<b>2 A LEGISLAÇÃO EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>35</b>
2.1 AS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO.....	36
2.2 AS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR DE CAMPO.....	39
2.3 AS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR ACADÊMICO.....	42
2.4 AS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES CAMPOS DE ESTÁGIO E DA UNIVERSIDADE.....	44
<b>3 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO.....</b>	<b>48</b>
3.1 AS DIMENSÕES ÉTICO-POLÍTICA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E TÉCNICO- OPERATIVA.....	50
3.2 O ESTÁGIO COMO PROCESSO EDUCATIVO: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>63</b>